

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA

CURSO JORNALISMO

***A função social do Jornalismo na construção da notícia:
análise da revitimização na reportagem "Dona de padaria é
estrangulada por PM em SC" do The Intercept Brasil***

VICTOR EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA

São Borja

2023

VICTOR EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA

***A função social do Jornalismo na construção da notícia:
análise da revitimização na reportagem "Dona de padaria é
estrangulada por PM em SC" do The Intercept Brasil***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, como requisito para a conclusão do curso e obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Dra. Alciane Nolibos Baccin

São Borja

2023

VICTOR EDUARDO RIBEIRO

“A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: ANÁLISE DA REVITIMIZAÇÃO NA REPORTAGEM "DONA DE PADARIA É ESTRANGULADA POR PM EM SC” DO THE INTERCEPT BRASIL”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão defendido e aprovado em: 03/02/2023.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Alciane Nolibos Baccin

Orientadora

UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Sara Alves Feitosa

UNIPAMPA

Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **SARA ALVES FEITOSA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALCIANE NOLIBOS BACCIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2023, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **GERSON DE LIMA OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2023, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1047378** e o código CRC **091569C1**.

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema central a função social do jornalismo na perspectiva da revitimização midiática, que é o ato de expor e fazer com que vítimas de uma violência revivam a mesma situação e que em muitos casos acabam sendo desqualificadas. Isso acontece muito em produções que abordam assuntos sobre violência. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é buscar entender a função social do jornalismo na construção da notícia e a relação com a revitimização de atores sociais. No referencial teórico pretendemos compreender os principais conceitos que embasam este trabalho, como construção da notícia e a revitimização. Através da metodologia de Análise de Narrativa, proposta do Motta (2005), este trabalho também visa identificar de que forma a revitimização acontece na reportagem selecionada “Dona de padaria é estrangulada por PM em SC”, do The Intercept Brasil e entender o propósito dessa revitimização. Através da análise, percebemos que a reportagem mostra todos os detalhes de como aconteceu o episódio, mas o foco principal da matéria é expor detalhadamente a abordagem irregular dos policiais e provocar, através de recursos sem censura, sentimentos de insatisfação com o ocorrido.

Palavras-chave: Jornalismo, função social, construção da notícia, revitimização midiática

ABSTRACT

This research has as its central theme the social function of journalism in the perspective of media revictimization, which is the act of exposing and making victims of violence relive the same situation and that in many cases end up being disqualified. This happens a lot in productions that address issues of violence. Therefore, the general objective of this work is to seek to understand the social function of journalism in the construction of news and the relationship with the revictimization of social actors. In the theoretical framework, we intend to understand the main concepts that support this work, such as news construction and revictimization. Through the methodology of Narrative Analysis, proposed by Motta (2005), this work also aims to identify how revictimization takes place in the selected report "Bakery owner is strangled by PM in SC", from The Intercept Brasil and to understand the purpose of this report. revictimization. Through the analysis, we realized that the report shows all the details of how the episode happened, but the main focus of the article is to expose in detail the irregular approach of the police and to provoke, through uncensored resources, feelings of dissatisfaction with what happened.

Keywords: Journalism, social function, news construction, media revictimization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 TIPOS DE CONHECIMENTO NO JORNALISMO	10
2.1 Características do Jornalismo enquanto um gênero do conhecimento	13
2.2 Jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizado no singular	19
3 FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE ...	23
3.1 Relação da realidade cotidiana com a construção social dos fatos jornalísticos	26
3.2 Necessidade social do jornalismo na perspectiva da notícia enquanto produto	29
4 CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA	34
4.1 Do fato ao acontecimento jornalístico	36
4.2 A tematização da notícia pela mídia	38
5 REVITIMIZAÇÃO	43
5.1 Como a revitimização acontece na mídia	45
5.2 Revitimização no jornalismo e responsabilidade ética	47
6 ANÁLISE CENTRADA NA NARRATIVA DO THE INTERCEPT BRASIL	51
6.1 Recomposição do acontecimento jornalístico	53
6.2 Identificação do conflito presente no eixo da reportagem	57
6.3 Imagens sem censura como estratégia comunicativa do The Intercept Brasil ..	62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71

Agradecimentos

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho de conclusão de curso às seguintes pessoas:

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, especialmente a minha mãe, Denizia Ribeiro, que é meu suporte pra vida e me deu o apoio necessário para que eu me aventurasse no Jornalismo.

É obrigatório dedicar um agradecimento à minha querida orientadora, Alciane Baccin, que abraçou a minha ideia e me acompanhou no desafio que foi desenvolver este trabalho. Você é uma professora incrível, que além de levar conhecimento de uma maneira tão didática, é sempre muito gentil e empática.

Aqui cabe, também, uma dedicatória especial aos meus amigos Camila Dalla Vecchia, Hangel Garcia, Otávio Ramos, Danilo Xavier, Stefani Quaresma, Gabriel Neves e Roger Dalcin, que são pessoas incríveis que tornaram a minha jornada acadêmica muito mais leve e prazerosa.

Durante os anos que passei na faculdade enfrentei muitos desafios, mas que foram importantes para eu me tornar a pessoa que sou. Nesse período, conheci pessoas incríveis e me entreguei a essa experiência que é estar na faculdade. Só palavras não conseguem expressar a minha felicidade de estar concluindo mais um ciclo. O meu muito obrigado às pessoas que fizeram isso possível!

1. INTRODUÇÃO

O Jornalismo atravessa várias questões que norteiam o seu papel na sociedade. Entre os aspectos mais relevantes, temos a sua compreensão enquanto um questionador social e, sobretudo, como uma atividade que protagoniza um papel importante na contribuição das representações sociais da realidade. Entre as várias maneiras de se fazer presente na vida cotidiana, temos a produção diária de notícias. Dessa forma, entre as características que fundamentam a sua existência, para pensarmos no papel social do jornalismo precisamos, antes de tudo, considerá-lo uma forma de conhecimento.

A contribuição deste trabalho para o campo do jornalismo se justifica pro meio da emergência que é a discussão do papel social do jornalismo, sobretudo em casos de cobertura sobre violência. Muitas questões devem ser consideradas para evitar que as vítimas de alguma violência não sejam responsabilizadas. Por esse motivo, este trabalho também é relevante para a área acadêmica pela baixa quantidade de pesquisas relacionadas à revitimização no jornalismo. Os pesquisadores devem dar mais atenção às questões éticas que permeiam a construção das narrativas, sobretudo quando o assunto aborda algum caso de violência. Além disso, a relevância dessa pesquisa para os profissionais que atuam na área do jornalismo se dá pelo alerta da necessidade de não desqualificar ou culpabilizar as vítimas de alguma violência.

Para Genro Filho (2012), a notícia não proporciona um conhecimento sistemático e nem a revelação de fatos de ordem histórica, mas sim a alusão a um acontecimento. Partindo dessa ideia de acontecimento, o jornalismo possui algumas medidas para delimitar o que de fato vira notícia ou não. Em coberturas sobre violência, algumas produções não se preocupam em apresentar detalhes sobre a ótica das vítimas em questão, o que pode ocasionar revitimização, que há pouco tempo tem despertado atenção de pesquisadores.

A revitimização nasce no âmbito da vitimologia, estudos referentes à criminologia. Resumidamente, isso acontece quando alguém é vítima de alguma violência e, na hora de prestar queixa, acaba sendo levada a pensar nas soluções que poderia ter tido para evitar o acontecido. Muitas vezes, essa vítima acaba sendo

responsabilizada pela violência sofrida. No entanto, temos também a revitimização midiática, que ocorre quando matérias noticiam a violência de maneira espetacularizada sem pensar nos reflexos desta produção para a vítima, que é levada à exposição do mesmo trauma.

O termo revitimização é sempre utilizado para tratar sobre revitimização institucional, especificamente durante o atendimento dessas vítimas em instituições públicas, mas é preciso considerar este fenômeno como algo reproduzido diariamente em produções jornalísticas. O meu desafio, durante essa pesquisa, é refletir no processo de construção da notícia e em como o jornalismo trabalha com o acontecimento, já considerando que este possui uma função social.

A produção da notícia é um processo que se inicia com um acontecimento. Nesse sentido, destacamos também o papel do jornalista, que realiza a atividade como um observador da realidade, pois assim como menciona Alsina (2005), o sujeito observador vai conferir sentido ao acontecimento. Ou seja, os acontecimentos estão formados por elementos externos ao sujeito, onde ele mesmo reconhecerá e construirá o acontecimento.

O jornalismo, por meio de teorizações e técnicas, percebe a realidade para produzir as notícias através dos fatos. Essas produções acontecem dentro de uma organização, assim como o objeto selecionado para análise, conforme suas próprias normativas de produção. Embora a revitimização possa acontecer sem o intuito de “revitimizar” a vítima, ou no sentido mais amplo, contribuir no processo de culpabilização dela. Produções que cobrem assuntos de violência são muito comuns no jornalismo e essa seleção pode acontecer por várias vias, desde os critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2008) ou até mesmo a busca pela atenção do público a fim de refletir na representação de uma realidade.

Essa realidade, aqui mencionada, se trata das relações da vida cotidiana e em como ela contribui na construção individual da percepção. Essa percepção, segundo Berger e Luckmann (2012), se apresenta como um mundo intersubjetivo, ao qual participo juntamente com outras pessoas. Todas essas questões e relações estabelecidas, nos fazem pensar na seguinte pergunta-problema: Como o jornalismo pode construir notícias sobre violência, cumprindo sua função social, minimizando a revitimização?

Pensando nisso e considerando a notícia como a unidade básica de informação do jornalismo, assim como o papel do jornalista em manter uma postura ética, este trabalho tem como objetivo geral compreender a construção da notícia sobre violência e a revitimização de atores sociais na reportagem “Dona de padaria é estrangulada por PM em SC¹” do The Intercept Brasil, a partir da função social do jornalismo. Entre os objetivos específicos, destacamos: a) entender os principais conceitos que embasam este trabalho, como função social do jornalismo, construção da notícia e revitimização; b) identificar de que forma a revitimização acontece na reportagem; c) refletir sobre a necessidade ou não da revitimização.

Para conseguirmos atingir esses objetivos adotamos a metodologia de Análise Pragmática da Narrativa, delineada por Luiz Gonzaga Motta (2005), que contribui nos procedimentos propostos para a análise de uma perspectiva fenomenológica, que procura interpretar as dinâmicas sistematicamente utilizadas no fenômeno observado, sendo necessária para compreender as diversas camadas significativas do objeto empírico como objeto intencional de nossa percepção.

Nosso trabalho de conclusão de curso está estruturado em sete capítulos, sendo o primeiro esta introdução onde contextualizamos a temática, a justificativa da relevância do tema, os objetivos e metodologia, além de uma breve apresentação dos conceitos que nos servem de base para a pesquisa. O segundo capítulo vai abordar a ideia do jornalismo enquanto uma forma de conhecimento. Já o terceiro capítulo traz aspectos da função social do jornalismo e em como ele está presente em nosso universo cotidiano. O terceiro capítulo traz as características da seleção do que é um acontecimento jornalístico e apresenta o processo de construção da notícia. O quinto capítulo entra na discussão da revitimização e explica o que é e como acontece. Temos no sexto capítulo a análise do objeto proposto. Por fim, temos as considerações finais, onde apresentamos os resultados da pesquisa.

Se a notícia, conforme lembra Alsina (2012), é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de

¹ A reportagem “Dona de Padaria é estrangulada por PM em SC”, do The Intercept Brasil vai tratar sobre o acesso que o jornal teve a um registro feito pela câmera acoplada a uniforme de um policial, que mostra uma agressão feita pelo agente à dona de uma padaria. Essa agressão, sofrida pela vítima, foi exibida na íntegra pelo jornal. Para ler a matéria, acesse: <https://theintercept.com/2021/03/22/pm-estrangula-dona-de-padaria-sc/>

um mundo possível, então é preciso repensar as práticas e ter responsabilidade na construção narrativa dessas produções.

2. TIPOS DE CONHECIMENTO NO JORNALISMO

A compreensão da notícia como forma de conhecimento, em meio a sua complexidade, passou por algumas interpretações ao longo dos anos. Porém, aqui cabe destacar o jornalista e sociólogo Robert Ezra Park, que ainda em 1940, na tentativa de reconhecer o jornalismo, sobretudo a notícia em sua singularidade de narrar e conhecer os acontecimentos, como uma ciência menor, aproveitou a perspectiva filosófica do pragmatismo de William James, para começar a definir o jornalismo a partir do que tem de diferente e do que lhe é específico como forma de conhecimento. Segundo James,

Há dois tipos de conhecimento ampla e praticamente distintos: podemos chamá-los respectivamente de conhecimento familiaridade e conhecimento das coisas. [...] Em geral, quanto menos analisarmos uma coisa e quanto menos relações percebemos, menos saberemos a respeito delas e mais nossa familiaridade com ela será do tipo conhecimento-familiaridade. Os dois tipos de conhecimento são, portanto, termos relativos, dentro da mente humana. Isto é, a mesma ideia de uma coisa que pode ser chamada de conhecimento das coisas em comparação com uma ideia mais simples, ou de familiaridade com as coisas em comparação com uma ideia da coisa que é ainda mais articulada e explícita. (JAMES, 1896, I, p. 221 - 22 apud PARK, 2008, p. 52)

Considerando, então, as categorias de James (PARK, 2008), há dois tipos fundamentais de conhecimento, que Park preferiu definir como “*Acquaintance and knowledge about*”. O autor explica (1940) que o *acquaintance with*, ou “conhecimento acerca de”, é um tipo de conhecimento que é adquirido individualmente ao longo dos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo ao redor. Esse tipo de conhecimento é fortemente influenciado pelo uso de costumes sob circunstâncias da participação em uma sociedade. O “conhecimento de” (PARK, 1940, apud GENRO FILHO, 2012) é aquele que está dentro de uma esfera de saberes complexos e até mesmo abstratos. Isto é, não ultrapassam os limites relativos às experiências fenomênicas ou, em outras palavras, experiências que partem da própria observação dos acontecimentos. De acordo com Park,

é interessante que os seres humanos, por um lado, são criaturas mais ativas entre os seres vivos, e por outro lado tendem a criar raízes nos lugares e nas associações às quais eles se acostumam. Se considerarmos essa acomodação do indivíduo a seu habitat

como conhecimento, ela provavelmente estará incluída no que chamamos de tato ou senso comum. (PARK, 2008, p. 53)

Este conhecimento, segundo Park (2008), não pode ser produzido em qualquer procedimento analítico ou sistemático, pois está relacionado a um acúmulo de experiências. Nesse sentido, as experiências que formam esse “conhecimento de” são semelhantes ao conhecimento que um vendedor pode ter sobre seus fregueses, assim como o conhecimento que um político tem de seus eleitores. Essas comparações deixam evidente que os hábitos e os costumes, quando acontecem de forma natural, se tornam instintos. “Esse conhecimento intuitivo e instintivo [...] parece surgir de processos substancialmente iguais às acomodações e adaptações que produziram as variedades raciais diferentes da humanidade” (PARK, 2008, pg. 54).

O autor ainda destaca um dualismo sobre considerar este (conhecimento de) como uma forma de conhecimento, pois herdar as coisas que estão pré-estabelecidas não pode ser propriamente chamado de conhecimento. Segundo Park (2008), o conhecimento sintético - que ele define como o conhecimento que se incorpora no hábito e no costume - possivelmente não seja articulado ou comunicável, e “se ele consegue ser comunicado, será em forma de máximas práticas e ditados sábios e não em forma de hipóteses científicas” (PARK, 2008, p. 55).

Em contrapartida a este tipo de conhecimento, temos o “*knowledge about*”, ou “conhecimento sobre” que traz uma formalidade e uma racionalização por meio da observação dos fatos, sejam eles verificados, rotulados ou classificados dentro de uma perspectiva baseada em um objetivo do investigador. “Knowledge about é conhecimento formal; significa conhecimento que alcançou algum grau de exatidão e precisão para substituição de ideias pela realidade concreta, e de palavras por coisas” (PARK, 2008, p. 55).

Nessa perspectiva, as ideias, segundo o autor, não apenas constituem a estrutura lógica de todo o conhecimento sistemático, mas entram na própria natureza das coisas com as quais as ciências se ocupam, onde ele vai colocar a ciência natural distante e diferente da ciência histórica.

Nesse sentido, o autor (PARK, 2008) destaca a existência de três tipos fundamentais de conhecimento científico: (1) filosófico e lógico, que vai tratar sobre a formação e reflexão durante a construção de conceitos e ideias por meio do raciocínio lógico. Embora a experiência seja um dos fundamentos base das ciências para a comprovação ou validação de uma teoria científica, já na filosofia a experiência é parte do processo do conhecimento; (2) histórico, que vai tratar sobre eventos; e (3) os científicos naturais ou classificatórios, que tratam das coisas. Conforme Park (2008, p. 55), “o objetivo fundamental da ciência natural parece ser o de substituir o fluxo de eventos e o caráter mutante das coisas por uma fórmula lógica na qual o caráter geral das coisas e a direção da mudança podem ser descritos com precisão lógica e matemática”.

O contraste entre os tipos de conhecimento (*acquaintance with e knowledge about*) é evidente pelo processo e na medida em que eles são construídos e, também, repassados. Por um lado, o conhecimento baseado no senso comum (*acquaintance with*) percebe a familiaridade com as coisas, pois, segundo Park (2008, p. 57) “se baseia no acúmulo lento de experiência e gradativa acomodação do indivíduo a seu mundo pessoal e individual [...] e torna-se cada vez mais idêntica com o instinto e intuição”.

Já o conhecimento das coisas (*knowledge about*) não é uma experiência acumulada de forma superficial ou repetitiva, mas sim o resultado de uma série de investigações sistemáticas, pois, segundo Park (2008), é um conhecimento buscado metodicamente com todo aparato formal e lógico que a pesquisa científica tem criado. Além disso, Park (2008) ressalta que não existe nenhum método científico que seja independente de forma completa da intuição justamente pela familiaridade com as coisas e eventos.

Segundo ele, “o máximo que métodos formais podem fazer para a pesquisa é auxiliar o investigador a obter fatos que viabilizarão a verificação de [...] palpites que o investigador já tinha no início ou ganhará mais tarde na descrição dos resultados de suas pesquisas” (PARK, 2008, p. 57). Essa ideia do autor deixa evidente que os métodos científicos são aproveitados para a construção especializada do conhecimento.

2.1 Características do Jornalismo enquanto um gênero do conhecimento

Embora admita a distinção entre os tipos de conhecimento, Park (2008) não vai acrescentar muitas diferenças para além do que James (1896) já havia realizado. Porém, para situar o jornalismo, especificamente a notícia, Park vai propor a existência de algumas nuances entre as duas espécies de conhecimento e destacar a notícia em nível intermediário entre elas. Apesar das diferenças, os dois tipos de conhecimentos podem possuir um caráter e função parecidos, já que, segundo Park (2008), existe um *continuum* onde todos os tipos de conhecimento encontram um lugar.

Para o autor (PARK, 2008), é neste lugar que a notícia transita. Se considerarmos a notícia como um tipo de conhecimento que está entre o extremo do senso comum e do conhecimento especializado, vale ressaltar que ela não chega a ser um conhecimento sistemático e metódico, já que, segundo Park (2008, p. 58), “trata de eventos”. Para ele, os eventos são únicos e não podem ser classificados da mesma forma que acontece sobre “as coisas”, do conhecimento sobre. “ porque eles são invariavelmente fixos no tempo e localizados no espaço” (PARK, 2008, p. 58).

Nesse sentido, “a notícia não proporciona um conhecimento sistemático e nem a revelação de fatos de ordem histórica, mas apenas a alusão a um acontecimento” (GENRO FILHO, 2012, p. 50). Para Park, a qualidade transitória e efêmera é da própria natureza da notícia e está intimamente conectada aos caracteres a que ela pertence. Segundo ele,

a notícia, como forma de conhecimento, primariamente não está interessada no passado ou no futuro, mas no presente - o que tem sido descrito pelos psicólogos de “o presente precioso”. Pode-se dizer que a notícia existe somente nesse presente. O significado do “presente precioso” é sugerido aqui pelo fato de que a notícia, como é sabido no meio da imprensa comercial, é um produto muito perecível. A notícia até chegar às pessoas para as quais ela possui “interesse de notícia”. Uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia vira história. (PARK, 2008, p. 59)

Nessa perspectiva de Park (2008) sobre a notícia, quanto maior o grau de importância de um evento, maior é o interesse pelo assunto abordado, pois assim prende a atenção do público e leva esse mesmo assunto a uma maior observação.

O “conhecimento sobre”, entre os tipos apresentados, é explicado como a formalização da linguagem a partir de uma produção que pensa as estruturas por meio de uma abstração criteriosa, ou seja, seguindo lógicas e teorizações. É nesse contexto em que Genro Filho (2012) coloca a notícia como uma forma de conhecimento não-sistemática, pois não revela fatos do passado e nem do futuro, mas sim do presente.

A partir de Adelmo Genro Filho (2012), entendemos que o jornalismo como gênero de conhecimento pode se diferenciar da percepção individual pela sua forma de produção e, portanto, pode possuir funções sociais distintas. Nesse sentido, “a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo; isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo” (PARK, 1940 apud GENRO FILHO, 2012, p.51).

Podemos entender que a notícia, além de ser um dos principais produtos da atividade jornalística, serve como um meio para a produção e reprodução de conhecimento útil para as sociedades e seus indivíduos, embora possa haver interferências subjetivas pela maneira particular de quem participa desta produção. A compreensão da notícia como “conhecimento de trato”, segundo os autores, está dentro da esfera da vida cotidiana onde a práxis, parte do conhecimento voltada para as relações sociais, pode ser utilizada para trabalhar com esses fenômenos da vida social.

Segundo Genro Filho (2012, apud PONTES, 2016), é preciso entender que a práxis é uma atividade de intervenção no mundo com sentido, produto e causa de um processo reflexivo sobre o fazer e o ser dessa atividade, bem como das mediações que ela estabelece com a complexidade social. Sendo assim, com base na práxis, entendemos que o homem é um sujeito que pensa o mundo e que também faz parte desse mundo. A relação com os indivíduos é um dos aspectos mais importantes indicados pelo autor sobre a “função” da notícia.

As abordagens feitas por Genro Filho (2012) deixam evidente que o Jornalismo, em suas práticas diárias, não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, mas também reproduz o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento,

mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social.

Essa cognição social está relacionada ao modo que cada indivíduo compreende a si mesmo, assim como compreende outros indivíduos ou as situações cotidianas. A ideia apropriada por Park (1940) sobre o “*conhecimento de trato*”, do senso comum, é refutada por Genro Filho (2012). Segundo o autor, (GENRO FILHO, 2012), a percepção individual, bem como o senso comum, não são níveis de apropriação simbólica homogênea e nem são livres das contradições políticas, ideológicas e filosóficas que perpassam a sociedade de classes em seu conjunto.

Segundo Genro Filho (2012), Park (1940) vai definir o conhecimento do senso comum como o ponto inicial de onde está o contínuo - o Jornalismo enquanto conhecimento - e não o interpreta como um conhecimento fora das relações concretas de dominação e alienação. Segundo Genro Filho (2012, p. 52), essa abordagem “trata-se daquela esfera da vida cotidiana na qual a práxis utilitária configura os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos, o mundo da *pseudoconcreticidade*”.

(...) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade”. “No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência da mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece. (GENRO FILHO, 2012, p. 52 apud KOSIK, 1976, p. 10-12)

O trabalho de Genro Filho leva em consideração as classes sociais, pois, segundo ele (2012), a realidade não existe sozinha no mundo, existe a partir das relações cotidianas. Nessa perspectiva, o jornalismo, apesar de nascer no capitalismo, vai assumir um papel de necessidade social para as classes trabalhadoras. Então para considerar o Jornalismo como um gênero do conhecimento, é preciso entender que ele se apresenta como um reflexo da realidade a partir da interpretação do real.

Segundo Eduardo Meditsch (1997), ao se fixar na imediatividade do real, o jornalismo opera no campo lógico do senso comum e esta característica definidora é fundamental. A partir dela, segundo o autor, podemos questionar até que ponto o jornalismo como modo de conhecimento pode ser rigoroso. O conhecimento do senso comum era desprezado pela teoria, “mas na medida em que as ciências humanas passaram a valorizar a observação do cotidiano para o desvendamento das relações sociais, o que era visto como ‘irrelevante, ilusório e falso’ começou a aparecer como um objeto digno de consideração pela teoria do conhecimento” (MEDITSCH, 1997, p. 6 apud SANTOS, 1988, p. 8).

Para Berger & Luckmann (2012), o senso comum corresponde a uma atitude cognitiva percebida como natural. Essa atitude natural, segundo os autores, é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento do senso comum, para eles, é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. Além disso, essa atitude cognitiva natural vai estabelecer uma determinada percepção da realidade como algo dominante.

Nesse sentido, os autores (BERGER & LUCKMANN, 2004) destacam que, quando comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades vão aparecer como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significados e modos de experiência delimitados. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER & LUCKMANN, 2004, p. 35).

A práxis é dialeticamente, segundo Felipe Pontes (2017), uma atividade de intervenção no mundo com sentido (teleologia, finalidade), produto e causa de um processo reflexivo sobre o fazer e o ser da atividade jornalística, assim como as mediações que ela vai estabelecer com a complexidade social. Nesse sentido, “com base na práxis, entende-se o homem como um sujeito que pensa o mundo e também é parte desse mundo” (SIMÕES, 2017, p. 170).

Outra característica da práxis é como ela precisa se apresentar de forma crítica ao modo como os fenômenos se apresentam, pois, segundo o autor, toda manifestação é parte da essência, mas nunca o próprio ser da coisa. O resultado

disso, que seria o concreto, só vai poder ser construído a partir da atividade crítica humana.

Se considerarmos as relações simbólicas nas práxis², é evidente que a partir daí surge, segundo Genro Filho (2012, p. 54), “o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominadas e [...] a possibilidade de expansão da ideologia revolucionária”. O autor vai reforçar essa ideia de “classes dominadas” para indagar a abordagem feita por Park (1940) sobre a definição do conhecimento produzido pelo jornalismo. Segundo ele (GENRO FILHO, 2012, p. 54), “ao não compreender essa questão, Robert E. Park acaba definindo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar o indivíduo [...], situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente”.

A interpelação feita por Genro Filho (2012) sobre o jornalismo ser entendido de forma acrítica na perspectiva de Park, é justamente para comprovar que se for apresentar o jornalismo sob a óptica de função “positiva” e otimista em relação à sociedade civil burguesa, é por esta ser considerada referência universal. Dessa forma, o *conhecimento de trato* proposto por Park (1940) apresenta o indivíduo como alguém que reproduz a si mesmo e ao sistema, então, segundo Genro Filho (2012, p. 54), “ele supõe que o jornalismo é uma forma de conhecimento que realiza socialmente as mesmas funções”.

Essa abordagem pressupõe que o conceito do jornalismo enquanto conhecimento é limitado no sentido de “reflexo subjetivo de uma relação construída de forma operacional com o mundo, de uma intervenção estritamente manipulatória” (GENRO FILHO, 2012, p. 55). Nesse sentido, para atribuir uma função social ao jornalismo, é preciso considerar a ideia de que ele opera dentro de uma lógica manipulatória, de um sistema construído por meio de classes em uma realidade social.

O jornalismo, quando opera no campo lógico da realidade dominante, vai a dualidade de sua compreensão como um modo de conhecimento: a sua fragilidade e a sua força de argumentação. Segundo Meditsch (1997, p. 7), “é frágil, enquanto

² “A práxis, portanto engloba certas categorias fundamentais tais como: transformação do meio natural em que vive o homem (conquista e humanização da natureza, modificação, supressão e criação de objetos, transformação das condições naturais da vida humana)” (NORONHA, 2005, p. 89).

método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade”. Em contrapartida, segundo o autor, é forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação.

Nesse sentido, o conhecimento do jornalismo será menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas também será menos artificial. Assim como todo conhecimento, vale destacar, segundo Meditsch (1997), que o senso comum não é tão democrático como sugere o termo. O conhecimento é distribuído socialmente pois o indivíduo não tem acesso a tudo o que é conhecido por seus semelhantes devido aos processos. “A distribuição social de conhecimentos, desta forma, não se dá apenas em termos quantitativos (uns conhecem mais do que outros), mas também qualitativos (conhecem coisas diferentes)” (MEDITSCH, 1997, p. 8).

Delimitando pontos específicos ao definir o modo de conhecimento produzido socialmente pelo jornalismo, Genro Filho (2012) vai apoiar-se nas categorias hegelianas do universal, particular e singular. Para o autor, o “fato” possui uma importância que obedece a critérios diferentes dos que são propostos na hierarquização feita pelas ciências sociais ou naturais. Nesse sentido, o Jornalismo não vai produzir um tipo de conhecimento idêntico ao que é produzido pelas ciências, pois ela dissolve a aparência do singular de um mundo lógico de categorias universais - isto é, ela vai reconstituir o singular de maneira simbólica considerando que ele desaparece com o tempo.

“O singular é, por natureza, efêmero” (GENRO FILHO, 2012, p. 61). Essa afirmação deixa evidente que o singular é passageiro e o jornalismo, quando trabalha com esse modo, dificilmente vai o representar de forma única, pois ele será desenvolvido através da subjetividade de quem o produz. Nesse sentido, Genro Filho (2012) vai propor duas variáveis para o processo de significação produzido pelo jornalismo: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação.

2.2 O jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular

O jornalismo como conhecimento cristalizado no singular, na perspectiva de Genro Filho (2012), diz respeito ao seu papel na construção da realidade de maneira que venha a propor alguma contribuição para a sociedade e não apenas reportar a realidade. A prática jornalística, nesse sentido, vai atravessar discussões que a levam para a objetividade e até mesmo para a imparcialidade.

Para Nilson Lage (1979), se o jornalismo conseguisse ser ao mesmo tempo objetivo, imparcial e verdadeiro existiria a possibilidade de excluir as outras formas de conhecimento, pois iria se apresentar como uma verdade absoluta e isenta de erros. Segundo o autor (LAGE, 1979), o conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia.

Nesse sentido, segundo o autor (LAGE, 1979), a subjetividade tem uma relação complexa com a objetividade, pois durante o processo de produção de um texto, o jornalista pode até se esforçar para eliminar a sua própria subjetividade, mas não o consegue totalmente. Essa interferência da subjetividade se apresenta nas escolhas e ordenações das informações a serem destacadas nessa produção. Assim, entendemos que a atividade jornalística não consegue reproduzir e captar os fenômenos a partir de uma significação objetiva e sem interferências, já que o processo de reconstrução do fenômeno atravessa a intermediação do jornalista responsável.

Para Eduardo Meditsch (1997), os critérios jornalísticos para tratar uma informação está ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade, mas o conteúdo da informação vai estar associado à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineados ou insinuados pela subjetividade do jornalista.

O singular, então, é a forma do Jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo (MEDITSCH, 1997, p. 9).

Em relação à cristalização no singular, Genro Filho (2012) explica que o Jornalismo consegue produzir novas informações com uma grande possibilidade de meios em relação aos outros modos de conhecimento. Dessa forma, “o desenvolvimento capitalista impõe o surgimento de uma forma de conhecimento social cristalizado no singular, recolocando numa qualidade inteiramente nova a questão da relação dos indivíduos com os fenômenos que se propõem de maneira imediata na experiência” (GENRO FILHO, 2012, p. 142).

É um equívoco pensar que o jornalismo é uma forma de conhecimento puramente objetiva, pois desconsidera todo o processo histórico de construção da necessidade social de informações de caráter jornalístico. Quando Genro Filho (2012) menciona “uma nova forma de conhecimento social cristalizado no singular” na perspectiva de um sistema capitalista, ele está se referindo justamente à necessidade que o jornalismo precisa atender: a de não somente informar algo, mas informar algo de tal maneira que promova alguma mudança dentro da lógica social.

Para o autor, essa perspectiva implica numa radical integração da totalidade social e de um novo dinamismo: a atividade dos sujeitos individuais e particulares como constitutiva dessa realidade. Dessa forma, segundo Genro Filho (2012), o desenvolvimento das relações mercantis e a expansão do modo de produção capitalista, que estão na base desse processo histórico, colocam a necessidade de um volume de informações que corresponda a essa integração universal dos indivíduos e dos grupos sociais.

Dessa forma, essa noção do jornalismo enquanto uma forma de conhecimento cristalizado no singular, segundo o autor (GENRO FILHO, 2012), pode gerar uma possibilidade dupla: 1) a possibilidade da crítica radical sobre essa manipulação que se exteriorizou; ou seja, de todo um sistema capitalista que trata a notícia como um produto dotado de objetividade e imparcialidade; 2) e o caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade e conhecimento.

É sob essa ótica que precisamos refletir, pois se o Jornalismo considera a necessidade social durante o processo de construção dos produtos jornalísticos, ele pressupõe e direciona um determinado ponto de vista político, ideológico, moral e filosófico, assim, segundo Genro Filho (2012), o singular convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla e dotada de sentido de valores.

A personalização desse processo comunicativo, nesse sentido, é um aspecto necessário dos significados que vão sendo construídos. Todas as emoções e a própria humanização dos conteúdos, bem como o espaço para o que é de interesse coletivo, já ressaltam os juízos de valor colocados pelos indivíduos que produzem esses conteúdos e pode representar um significado pertinente ao mesmo nível da realidade social. No jornalismo, segundo Genro Filho (2012), os intermediários (inclusive os jornalistas) não integram objetivamente a mesma ordem de significados dos fenômenos noticiados, pois a imediatividade pode ser reproduzida de forma artificial e assim levada ao público.

Nesse caso, se o jornalista não é somente um intermediário, mas faz parte de uma classe ou grupo social, pensando no significado de determinada produção, esse senso de coletividade vai dar “suporte” às mediações feitas pelo jornalista de tal maneira que ele, mesmo produzindo de forma industrial as informações jornalísticas, tem propriedade para humildemente, segundo Genro Filho (2012), corresponder a uma necessidade social e se afastar do sentido de produzir de forma industrial e até mesmo superficial.

Essa questão está relacionada, basicamente, ao papel do jornalista em expor a dimensão singular do fato social de tal maneira que o processo de recepção da notícia simule o contato fenomenológico da percepção. Portanto, “captar fenomenologicamente a essência da percepção é compreender como a percepção efetivamente funciona nas relações dos indivíduos com o mundo circundante e com outros indivíduos” (MATTHEWS, 2010 apud AGUIAR; BARBOSA, 2013, p.6).

Dessa forma, segundo Genro Filho (2012), como o ‘novo’ aparece sempre como singularidade, ou aspecto de um fenômeno, o cuidado para desenvolver trabalhos na perspectiva do singular pode ser complexo pois abre espaço para críticas a respeito do processo, já que a singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, ou seja, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma.

Por outro lado, segundo Eduardo Meditsch (1997), o ideal de universalidade do jornalismo caminha em outra direção. Segundo o autor, o auditório universal pode buscar outras redes de circulação de conhecimento, que também constituída através da comunicação, vai devolver à realidade a sua transparência coletiva. Essa

universalidade vai estabelecer institucionalmente, de forma indireta, o espaço público pressuposto pelo ideal democrático e a sua amplitude é limitada em outra direção: a intenção do emissor na delimitação do universo do público alvo. “Mas é na preservação deste auditório ideal que o Jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo” (MEDITSCH, 1997, p. 8).

Essa perspectiva sugere que o conhecimento proporcionado pelo jornalismo vai ter um duplo papel na construção do senso comum, já que a revelação da novidade está relacionada a apenas um aspecto. A compreensão da notícia envolve o processamento "de grandes quantidades de informação estruturadora, repetida e coerente, que sirva como base para ampliações mínimas e outras mudanças em nossos modelos do mundo" (VAN DIJK, 1980, p. 248 apud MEDITSCH, 1997, p.8).

Ainda segundo Eduardo Meditsch (1997), a revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do Jornalismo. Como se chega a essa ‘novidade’ no Jornalismo é diferente de como a ciência em si chega, pois nela há uma abstração de um aspecto de diferentes fatos e há leis e regras que regem as relações entre eles, enquanto o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato em sua singularidade e isso inclui aspectos desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências.

3. A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

A práxis é crítica ao modo como os fenômenos se apresentam, entendendo que toda manifestação é parte da essência, mas nunca o próprio ser da coisa. Nesse sentido, o concreto é resultado da atividade crítica humana que não aceita a reificação e a coisificação do mundo da vida. Quando comparada à *'pseudoconcreticidade'* (KAREL KOSIK, 1976 apud GENRO FILHO, 2012, p.52), existe influência, para os indivíduos, do senso comum como condição de orientar-se no mundo e de familiarizar-se com as coisas, mas que, ao mesmo tempo, não proporciona a compreensão de todas as coisas da realidade.

É a partir desses espaços, então, que a atividade jornalística vai protagonizar um papel importante na contribuição das representações sociais da realidade. Conforme Berger & Luckmann (2012), o senso comum corresponde a um comportamento cognitivo que é percebido como algo natural. Essa atitude natural, segundo os autores, é uma atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitas pessoas. Esse conhecimento do senso comum é compartilhado com os outros nas rotinas normais, ou seja, são evidentes na vida cotidiana.

Esse “universo do cotidiano”, de acordo com Alfred Schutz (1982), deve ser compreendido a partir de três aspectos: 1) A reciprocidade de perspectivas e da estrutura de socialização do conhecimento; 2) a origem social do conhecimento ou a genética da socialização do conhecimento; 3) a distribuição social do conhecimento. Nesse sentido, o Jornalismo atravessa um campo de significados e afirmações nos espaços particulares da realidade. É nesse momento que ele atua, segundo Rafael Marroquim (2010, p. 3), como um “irradiador de histórias, relatos e argumentos que, ao serem lidos ou ouvidos, podem, ou não, serem tomados como adquiridos”.

Esses aspectos, quando representados através do Jornalismo, podem ser discutidos para interligar realidades múltiplas. Segundo Túlio Vasconcelos (2010), a partir da interpretação podemos conceber o jornalismo como referência na subjetivação das estruturas objetivas de sentido, bem como na sua translação ao

mundo da vida. Porém, diferente das abordagens que são mantidas, ou costumam ser, no fenomênico o jornalista não compreende de forma aprofundada a notícia.

Segundo Genro Filho (2012), considerando teorias clássicas do jornalismo, existe um conjunto de categorias que são impostas a esse processo de produção da notícia. Dentre elas, estão a política editorial, processo industrial e até mesmo a própria posição ideológica do sujeito (jornalista) que as produz. Essas categorias estão predispostas dentro dessas mediações que resultam na produção deste fato social.

Na tentativa de explicar a construção dessas categorias, é importante destacar sua relação com a realidade subjetiva:

a expressividade humana é capaz de objetivações, isto é, manifesta-se em produtos da atividade humana que estão ao dispor tanto dos produtores quanto dos outros homens, como elementos que são de um mundo comum (BERGER; LUCKMANN, 2012, p.52).

Dessa forma, se formos falar sobre essas questões específicas da “realidade” e do “conhecimento”, é preciso, segundo os autores (BERGER; LUCKMANN, 2012), uma análise sociológica para entender os contextos sociais específicos e como essas relações são construídas. Pierre Bourdieu (1993) explica que, em torno de uma palavra, emerge um discurso fundamentado em pressupostos cognitivos e definições normativas, de forma que ela adquire uma existência objetiva.

Esse processo de construção social da realidade na perspectiva do jornalismo reforça a relevância dos conteúdos e até mesmo das práticas discursivas, mas precisa existir a participação ativa do público em meio às diversas interações em que os indivíduos tomam parte em seu cotidiano. Segundo George Mead (1992), a importância do jornalismo, nesse processo, é a de reportar situações inserindo cada um dentro da atitude de experiências de outras pessoas.

No que diz respeito ao sistema comunicativo, o jornalismo reporta a realidade por meio da observação dos acontecimentos. Todavia, se falarmos sobre o papel profissional do jornalismo, vamos adentrar nas discussões a respeito da objetividade e até mesmo da individualização do jornalista nesse contexto e, conforme Alsina (2012), este é o núcleo fundamental da notícia, assim como a sua ideologia.

Para Bechelloni (1982 apud ALSINA, 2012, p. 223) existem quatro modelos do jornalismo que atravessam essa discussão:

1) A mídia encontra-se completamente subordinada às relações de força, fundamentalmente às da classe dominante. O profissionalismo do jornalismo baseia-se na sua capacidade de poder se distanciar das relações de poder para explanar os acontecimentos.

2) A autonomia da mídia é mais ou menos relativa no que diz respeito às relações de poder, fundamentadas nas relações de mercado. Nesse modelo, a ação dominante está menos presente. Estaríamos diante do modelo liberal da imprensa, onde a sociedade é pluralista e aberta, e na qual os agentes sociais privilegiados são os transmissores dos valores e dos modelos de comportamento (MORIN, 1996 apud ALSINA, 2012). O profissionalismo está sustentado na diferenciação, por parte do jornalista, das opiniões dos fatos.

3) Esse terceiro modelo se fundamenta, essencialmente, na equação, entre a realidade e a sua representação. Poderíamos dizer que estamos diante do modelo da responsabilidade social. Nasce então a crítica sobre a manipulação dos meios de comunicação e o papel do jornalista. Postula-se, ingenuamente, que existe uma realidade muito singela, mas que se desvirtua por causa da manipulação dos meios. Nesse modelo, o profissionalismo é uma coisa estritamente técnica.

4) O último modelo refere-se à relativa autonomia dos meios de comunicação. Partimos do postulado de que a realidade não é uma coisa diáfana e super singela, mas que é algo meio obscuro; por isso se privilegia a interpretação. Dessa perspectiva, o jornalista deveria ter uma função intelectual, utilizar os instrumentos adequados para interpretar e explicar a realidade social.

Nesse sentido, para Alsina (2012), a primeira função do jornalismo nos espaços da mídia é em “fazer saber”. Segundo o autor, é necessário aceitarmos a relevância do trabalho jornalístico e, sobretudo, no discurso informativo dos meios, pois as notícias precisam ter esse espaço na vida cotidiana.

3.1 A relação da realidade cotidiana com a construção social dos fatos jornalísticos

A participação da atividade jornalística na realidade social se manifesta a partir da seleção do que é notícia e se concretiza na sua ressignificação por quem consome tal conteúdo. Dessa forma, podemos relacionar o enunciado jornalístico à noção de realidade que atravessa chaves de interpretação nas diversas dimensões do mundo social. Segundo Berger e Luckmann (2012), o jornalismo “constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como presenças de um outro mundo”.

Para Ruhani Gama e Maria Dadalto (2009), baseada nos fatos decorrentes das ações no meio social, econômico, político e cultural, a notícia exige e depende desta participação. Nesse sentido, segundo as autoras, a vinculação da atividade jornalística com a realidade da vida cotidiana é recíproca e, ao mesmo tempo em que ela protagoniza os acontecimentos no mundo real, o sujeito também é receptor e ressignificador desses fatos produzidos pelo jornalismo, assim caracterizando a notícia como uma construção social.

Contudo, a apresentação do “real” pelo jornalismo também difunde um dos tipos de conhecimento. Sendo assim, a produção desse ‘saber’ pode adquirir um sentido duplo: apreender a realidade social objetivada e produzir continuamente essa realidade. Se considerarmos o que é mais importante, o jornalismo vai estabelecer relevância para assuntos fundamentais ao debate público.

Segundo Túlio Vasconcelos (2010), esses processos de apreensão da realidade social e de produção dessa realidade permitem a ultrapassagem do mundo subjetivo à dimensão cognitiva das representações sociais. O que para Correia (2005) vai “de uma dimensão prescritiva indicando os objetivos e as normas de acordo com as quais os indivíduos e as coletividades devem comportar-se” (p. 127). Sendo assim, o jornalismo possui uma posição fundamental no mundo social, atribuindo zonas de relevância para consolidar, ou não, um tipo de conhecimento considerado importante para se discutir dentro da esfera pública.

Para Rafael Marroquim (2010, p. 10), “visto por outro ângulo, é importante pensar como os jornalistas presumem a representação de relevância das audiências

(público presumido) na composição da notícia” - isto é, o jornalista possui a possibilidade de olhar para lugares que não possuem espaços de destaque e inseri-los em uma narrativa. Porém, mesmo selecionando o que considera relevante, o jornalismo não deve ser considerado, segundo Enric Saperas (1993, p.40 apud MARROQUIM, 2010, p. 10-11), “como o resultado de uma simples ação seletiva (própria do ‘gatekeeper’), mas como uma ação orientada para a construção da realidade social, objetivando-se institucionalmente através das práticas cotidianas de representação do acontecido”.

Nesse sentido, durante a elaboração da notícia, além da experiência do jornalista que exerce a função de observar, selecionar e enunciar o acontecimento, há problemas organizacionais que os jornalistas lidam em sua rotina. De acordo com Nelson Traquina (2001), as decisões tomadas pelos jornalistas no processo de produção das notícias só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para a qual trabalha.

Já Hall (1999 apud MARROQUIM, 2010) destaca que as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia na seleção e escolha sistemática de acontecimentos e temas de acordo com um conjunto de categorias construídas socialmente. “Se os jornalistas não dispusessem (...) de mapas culturais do mundo social, não poderiam dar ‘sentido’ aos acontecimentos (...), que constituem o conteúdo básico do que é noticiável” (HALL, 1999, p. 226 apud MARROQUIM, 2010, p. 11).

É nesse espaço que abro a discussão sobre a construção social da realidade a partir da vida cotidiana se fazer necessária, pois, segundo Berger e Luckmann (2012), “apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (p. 35).

Ainda segundo os autores, “a realidade da vida cotidiana apresenta-se para mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 39-40).

Nesse sentido, entendemos ‘intersubjetividade’ como a relação entre sujeito e objeto. Ou seja, segundo Berger e Luckmann (2012), para existir na vida cotidiana, precisa-se estar continuamente em interação e comunicação com os outros. Para Marroquim (2010), envolto diretamente à estruturação desse mundo, os jornalistas são autores do noticiário, então determinam as ações e os objetivos nas eleições factuais que realizam ante o acontecimento. Nesse contexto, a construção da notícia pode atravessar três mundos distintos e inter-relacionados, segundo Alsina (2005): o mundo real, o de referência e o possível.

No mundo real estão as fontes em primeira mão dispostas aos jornalistas e dotadas de sentido. Lugares onde nascem os elementos dos acontecimentos - surgidos ou criados – com potencial noticioso. Para dar sentido aos fatos, os jornalistas adotam um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência (valores culturais e profissionais). Nesse aspecto, o jornalismo enquadra a ocorrência num plano narrativo e conta histórias intersubjetivamente partilhadas (público). Por outro lado, o ‘mundo possível’ surge das interfaces entre o acontecimento e o mundo de referência. Como produto-final, a construção da notícia implica na recriação de universos simbólicos disseminando atmosferas enquanto leitura social dos acontecimentos.

Nessa linha de pensamento, Alsina (2005) também destaca que a notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível. Nessa perspectiva, segundo Gama e Dadalto (2009):

o caráter de construção social da notícia é, assim, justificado pela vigência das circunstâncias objetivas e, sobretudo, das influências subjetivas do cotidiano de diversos membros da sociedade no processo de produção das informações (GAMA; DADALTO, 2009, p. 3).

Segundo as autoras, além de estarem evidentes nesse processo, por coexistirem na realidade social do jornalista responsável por tal produção, os aspectos objetivos e os aspectos subjetivos de um dado contexto constituem os fatos transformados em notícia e, assim, destacam-se na participação do jornalismo na construção social da realidade.

Segundo Berger e Luckmann (2012), um elemento importante na compreensão da objetivação é a própria significação que nasce a partir da produção humana de sinais. “Um sinal pode distinguir-se de outras objetivações por sua intenção explícita de servir de índice de significados subjetivos” (p.53). Nesse sentido, segundo os autores, a realidade é “uma qualidade inerente aos fenômenos que reconhecemos como sendo independentes da nossa própria volição” e o conhecimento é “a certeza de que os fenômenos são reais e de que possuem características específicas” (p. 13).

3.2 Necessidade social do jornalismo na perspectiva da notícia enquanto produto

A discussão levantada por Adelmo Genro Filho (2012) na obra “O Segredo da Pirâmide” está fortemente ligada à necessidade social que nasce no âmbito do jornalismo sob a ótica do capitalismo. Se a notícia é vendida como produto, como poderia, afinal, ser entendida como uma forma de conhecimento e, além disso, exercer uma função social dentro da esfera pública? Segundo Habermas (1990), é no espaço da esfera pública que os cidadãos realizam trocas de sociabilidade e onde os princípios da transparência e da prestação de conta são desenvolvidos.

A objetividade jornalística para Genro Filho (2012), nesse sentido, esconde uma ideologia burguesa que reforça a função de reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Dessa forma, “essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de ‘fatos’ prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo” (GENRO FILHO, 2012, p.197).

É nesse momento que essa “objetividade jornalística” impõe ao jornalista exercer o seu papel de recolher as informações e reportá-las por meio de um processo superficial. Segundo Marcondes Filho (1989), o jornalismo, desde o seu surgimento, esteve subordinado ao desenvolvimento da economia de mercado e das leis de circulação econômica - isto é, o jornalismo por muito tempo serviu como um instrumento do capitalismo financeiro e comercial. Ainda segundo o autor, “a expansão da atividade jornalística não veio sustentada por um movimento social

interessado na liquidação das elites do saber, da intelligentsia nobre” (MARCONDES, 1989, p. 60).

Diferente disso, esse surgimento da imprensa burguesa seguiu lógicas estritamente econômicas de veiculação de avisos sobre mercadorias e fatos de ordem econômico-financeira. Dessa forma, as notícias são entendidas como algo vital para a classe do capital e quando comparadas a uma roupa ou um objeto de uso pessoal, entende-se que o jornal também é produzido para a venda. Segundo Marcondes Filho (1989), a informação pura e simples não é mercadoria, mas existe um processo de transformação dessa informação em notícia, que nesse caso passa a ser vendida.

Nesse sentido, recorremos a Habermas (1980) para compreender o processo histórico de desenvolvimento do jornalismo, pois o autor vai situá-lo em três fases: jornalismo de informação, jornalismo literário e político e o jornalismo econômico-social. Num primeiro momento é o “Jornalismo de Informação”, pois inserida em uma lógica comercial, as informações precisavam atender a uma necessidade econômica sob a perspectiva de maximização do lucro dos jornais.

Em paralelo a essa fase, Marcondes Filho (1989), embora divida a história do jornalismo em quatro fases, situa esse primeiro momento a partir de 1789. Para o autor não havia uma atividade jornalística como conhecemos hoje, pois as empresas jornalísticas se caracterizavam por uma atividade artesanal e atendiam a alguns núcleos de poder econômico e financeiro da época mercantilista. Associando essa ideia da notícia enquanto produto, Nelson Traquina (2008) explica que a expansão da imprensa, que implicou o desenvolvimento do capitalismo, a alfabetização de cidadãos, a constituição de centros urbanos, a emergência de um novo sistema de governo, e uma constante luta em prol da liberdade e de autonomia, tornou possível o aumento do número de pessoas que se dedicava integralmente à atividade jornalística.

É a partir desse momento, segundo Habermas (1980), que temos a segunda fase do jornalismo, o “Literário e Político”. Os jornais passaram a ser instrumentos na luta política, possibilitando a legitimação de uma, segundo Genro Filho (2012), “esfera pública burguesa em oposição à velha sociedade feudal” (p. 107). Para Habermas (1980), as empresas precisam vender mercadorias que, antes de serem

reconhecidas como valores de troca, devem ser entendidas como valor de uso. Isto é, precisam satisfazer as necessidades humanas pela utilidade desses produtos ao modo de vida dos sujeitos.

De acordo com Genro Filho (2012), o papel do jornalismo durante essa fase precisa ser visto como um serviço útil, mas a lógica capitalista criou novas necessidades e produtos para supri-las. Nesse sentido, é preciso considerar duas possibilidades: “ou as modernas empresas jornalísticas criaram nos consumidores a falsa necessidade das notícias e informações” (GENRO FILHO, 2012, p. 111) ou “seguiram a tendência do mercado que estava se criando com o surgimento de novas necessidades reais” (idem).

A terceira fase, para Habermas (1989), é o momento que o jornalismo retoma o espírito comercial e de negação do que foi realizado durante a segunda fase, quando o jornalismo era utilizado de forma mais política e manifestava uma opinião pública. Para Marcondes Filho (1998), além dessas considerações puramente econômicas, há, especificamente em relação aos jornais da época, implicações de ordem política e ideológica. Segundo o autor, as produções dos jornais além de tratarem as notícias como produtos mercadológicos, também veiculam ideologia. Para Marcondes (1989):

já não se pode dizer que haja uma separação nítida entre o caráter de uso do informe jornalístico, ou seja, o caráter não-econômico do político, assim como do caráter de troca da mercadoria jornal, ou seja, o caráter não-político do econômico (MARCONDES, 1989, p. 27).

Essa ideia defendida pelo autor de que a política além de ser posta no mercado, seguindo variações puramente econômico-mercadológicas, deixa evidente que, segundo ele (MARCONDES, 1998), “a própria produção da notícia significa a adaptação do fato social a alguma coisa mais rentável” (p. 29). Ou seja, o jornalismo é caracterizado não somente para vender os fatos, mas por 'embelezar' a notícia e construir a sua aparência de valor de uso.

Já Genro Filho (2012) defende que não podemos olhar para o capital como um 'espelho mágico', que faz o jornalismo reproduzir as condições de acumulação e que a informação, bem como a notícia, são sempre transformadas em mercadorias como uma forma de circulação da ideologia burguesa.

Sem dúvidas, é preciso superar tais análises “economicistas” e dissolventes do jornalismo, sem deixar de recuperar sua intenção crítica em relação à ideologia burguesa que, hoje, encontra na atividade jornalística um dos modos importantes de sua reprodução. Certamente, o controle, a manipulação e o engodo são partes integrantes do jornalismo burguês. Mas deduzir a totalidade do fenômeno jornalístico, como objeto teórico, a partir de afirmações como a Geyhofer - de que no jornalismo “o valor de uso é subordinado ao valor de troca”-, é entrar num beco sem saída (GENRO FILHO, 2012, p. 117).

Nesse sentido, para exercer o seu papel social, a notícia, **embora** entendida como um produto em uma nova dinâmica social, deve personalizar as informações durante o processo comunicativo para que novos significados sejam atribuídos. Para Genro Filho (2012), o jornalismo precisa ser considerado uma modalidade social do conhecimento e, além disso, entendido como um instrumento de potencialidade social.

Já para Alsina (2012), nesse contexto, a função social do jornalista se fundamenta na seleção dos acontecimentos jornalisticamente importantes para a sociedade. Para reforçar essa ideia de potencialidade social, trago a comparação que o autor faz do papel do jornalista ao papel de um cientista:

O cientista pretende descobrir novos conhecimentos, leis que são, até certo ponto, universais. A ciência procura pelo o que é geral, o jornalismo, o peculiar; por exemplo, no tema de violência, a mídia se concentraria nas experiências individuais com as quais o público poderia se identificar mais rapidamente. A ciência toma as experiências individuais como casos. O jornalista vê um número muito reduzido de casos que descreve nos mínimos detalhes (ALSINA, 2012, p. 255-56).

Essa comparação feita pelo autor nos suscita a pensar sobre o jornalismo se desprender dos aspectos mercadológicos justamente para que ele seja inserido socialmente na esfera pública, no âmbito da sociedade e, mais precisamente, na vida das pessoas. Essa necessidade social do jornalismo está presente, segundo o autor (ALSINA, 2012), mesmo com as limitações do sistema produtivo em que o jornalista se encontra inserido e, dessa forma, “está totalmente comprometido em fazer com que o público ache compreensível o saber” (p. 269).

Dessa forma, o jornalismo, que aqui considero um forma de conhecimento protagonizado pelo papel do jornalista, deve atentar ao público e a necessidade do

conhecimento que precisa ser compartilhado. Nesse sentido, “o jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano e age como tradutor do saber dos especialistas para o grande público” (ALSINA, 2012, p. 269).

Para então cumprir o seu dever social, o jornalista deve ser responsável eticamente nas matérias que produz, pois se a notícia não for tratada apenas como um produto, a sua eficiência é maior, pois essa comparação com o papel da ciência deixa evidente a sua importância. Ademais, a notícia vai atravessar outros caminhos durante o seu processo de produção, que nos leva a entender o seu processo de construção e como funciona a sua tematização.

4. A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

A notícia é um dos principais produtos do jornalismo. É uma materialização da imediaticidade do real e da singularidade se apresentando enquanto um fenômeno. Para Genro Filho (2012):

o jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir seus fatos [...]. Existe um fluxo objetivo na realidade de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

Essa maneira do jornalismo perceber e produzir os fatos jornalísticos reforça a ideia de que a profissão realiza para a sociedade um papel de intermediação entre os aspectos da realidade. Esses fluxos evidenciam a necessidade do jornalismo em olhar para um todo e considerar, em meio à produção da notícia, o mais relevante para a sociedade. Sendo assim, na perspectiva da construção social da realidade, a notícia vai exercer um papel legitimado pela sua participação nessa mesma realidade.

Entretanto, antes de entrarmos na discussão do que é a notícia e como ocorre o seu processo de construção, precisamos entender o que é um acontecimento e, sobretudo, como este se transforma em um acontecimento jornalístico. Segundo Alsina (2012), “a notícia é a narração de um fato ou o reescrever de uma outra narrativa, enquanto que o acontecimento é a percepção do fato em si” (p. 12).

De acordo com a perspectiva do autor, existe um processo de tratamento discursivo em relação ao acontecimento e a atividade jornalística possui um papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade publicamente relevantes. Nesse sentido, o jornalista, enquanto um indivíduo também participante da realidade, precisa ter a competência de observar o acontecimento e recolher informações importantes para atribuir-lhes sentido.

Segundo Charaudeau (2006), o acontecimento situa-se no domínio da construção, ou seja, é o resultado de um processo de narração de um fato, que considera aspectos de seleção e elaboração de um arranjo narrativo que vai ordenar as informações. A competência necessária do jornalista reforça a ideia de

que “um acontecimento não é uma realidade objetiva externa nem alheia ao sujeito que percebe esse acontecimento” (ALSINA, 2005, p. 13).

Para Alsina (2005), mesmo que um jornalista tenha a percepção do fato, ele sempre irá interpretar a realidade de acordo com a sua enciclopédia e isso evidencia a necessidade de que a percepção do acontecimento não deve ser feita de forma superficial e simplista. Segundo ele, o sujeito observador é o que lhe confere sentido ao acontecimento, ou seja, os acontecimentos estariam formados por aqueles elementos externos ao sujeito, a partir dos quais ele mesmo reconhecerá e o construirá.

Nesse sentido, em paralelo a Berger e Luckmann (2012, p. 13), a realidade é “uma qualidade inerente aos fenômenos que reconhecemos como sendo independentes da nossa própria volição” e o conhecimento é “a certeza de que os fenômenos são reais e de que possuem características específicas”. Essa junção da ‘realidade’ e do ‘conhecimento’ deixam evidente que o acontecimento é uma realidade determinada por variações e, segundo Alsina (2005), possuem influência de parâmetros estabelecidos pela mídia para enquadrar os fatos como acontecimentos.

Para Antunes (2007 apud BACCIN, 2012) o fato vai se tornar fato jornalístico quando o acontecimento estiver sobre um duplo olhar: o olhar que mostra, da instância de produção, e um olhar que vê, da instância da recepção. Nesse sentido, é inevitável pensar que acontecimento vai sempre criar margem para diferentes interpretações e a sua importância, do ponto de vista jornalístico, está na sua inserção na vida social.

A reflexão da prática jornalística, sobretudo no que diz respeito à percepção de um fato e o trabalho desenvolvido acerca do acontecimento, nos leva aos conjuntos de regras propostos pela grande mídia para a realização dessa mesma prática. Essas operações realizadas pelo jornalismo para noticiar os eventos que acontecem cotidianamente vão desde a seleção das fontes até o tratamento dado às informações antes destas comporem a notícia. Essas operações, marcadas pela trajetória histórica do jornalismo, nos ajudam a entender como a factualidade é elevada à categoria de um acontecimento.

4.1 Do fato ao acontecimento jornalístico

Segundo Charaudeau (2006), existem critérios externos que definem o modo de aparição do acontecimento: “o acontecimento surge em sua factualidade, com um caráter inesperado”; “o acontecimento é programado” a partir de um sistema de expectativas que organiza o desenvolvimento da vida social; e “o acontecimento é suscitado, provocado por campo social diferente do domínio das mídias” (p.138). Não somente isso, o autor também dá ênfase aos critérios internos - isto é, do ponto de vista das instâncias midiáticas - que são necessários para a definição do acontecimento.

Estes critérios, segundo o autor, vão organizar um conjunto de valores voltados para a produção e o tratamento do acontecimento para que este se torne entendível. Já Genro Filho (2012) lembra que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular justamente porque ele opera numa lógica daquilo que é existente, então a integração da ‘novidade’ vai se ater a uma categoria do já existente. Nesse sentido, podemos dizer que os fatos acontecem naturalmente e o jornalismo, seguindo lógicas pré-estabelecidas pela reflexão da prática, os observa e os transforma em um acontecimento jornalístico.

Para Raquel Paiva e Muniz Sodré (2005 apud BACCIN, 2012, p. 37), o mundo dos fatos pode ser chamado de “estado das coisas”, mais precisamente nas ocorrências gerais. Essa ideia é reforçada por Elton Antunes (2008), pois, para ele, “a compreensão do acontecimento demanda então que se perceba que a relação intrínseca entre acontecimento e acontecimento jornalístico não os torna fenômenos equivalentes” (p. 4). Ou seja, embora os fatos sejam comumente observados pelo jornalismo, o processo de construção do acontecimento jornalístico exige que o acontecimento seja compreendido como “uma ruptura dentro de uma ordem das coisas” (MOREAU, 2003, p. 28).

Nessa perspectiva, o acontecimento jornalístico vai se dar pela percepção de algo que opõem-se à ordem das coisas e a importância do trabalho jornalístico vai manifestar-se em seu relato e na construção de narrativas sob a ótica das causas,

agentes e motivos. Para Elton Antunes (2008), “o acontecimento funciona, pois, como uma ocorrência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em acontecimentos jornalísticos” (p. 4). Já Alsina (2012) vai propor premissas que sustentam a ideia do fato e a sua compreensão enquanto um acontecimento:

- 1) Os acontecimentos são gerados através de fenômenos que são externos para os sujeitos.
- 2) Os acontecimentos não fazem sentido longe dos sujeitos, pois são eles que lhes conferem sentido.
- 3) Os fenômenos externos que o sujeito percebe tornam-se acontecimento por causa da ação deste sobre aqueles. Os acontecimentos se compõem das características dos elementos externos nos quais o sujeito aplica seu conhecimento.

Essas premissas deixam evidente que a mídia estabelece parâmetros para enquadrar os fatos como acontecimentos e que os sujeitos (jornalistas que realizam o papel de observação) são agentes primários nesse processo. “Quando temos de fato essas premissas, podemos continuar falando de acontecimentos como sendo algo externo a um determinado sistema, embora seja construído por esse sistema em questão” (ALSINA, 2012, p. 116). Podemos dizer, então, que esses acontecimentos vão revelar seu sentido quando chegam em forma de notícia às pessoas.

Paralelo a isso, Mc Quail e Windahl (1984, p. 115-121) citam Greenberg (apud ALSINA, 2012, p. 74) que faz referência aos três tipos de acontecimentos que geram a notícia:

Tipo I: Os acontecimentos que têm pouca importância geral, mas que significam muito para um grupo reduzido de pessoas. Esses acontecimentos não têm um tratamento importante por parte da mídia. No entanto, para a minoria interessada, serão acontecimentos importantes e um percentual bastante elevado dessa minoria vai ficar sabendo através da comunicação interpessoal com o resto dos interessados.

Tipo II: São os acontecimentos aos quais a mídia dá uma importância pública geral, e por isso conseguem um tratamento igualmente importante, e a maioria da audiência percebe a importância dada a esses acontecimentos. Provavelmente essas informações não serão divulgadas por canais interpessoais, embora possa se falar sobre eles.

Tipo III: Existem os acontecimentos muito urgentes e importantes, que recebem uma rápida e forte atração por parte da mídia. Porém, precisamos frisar que uma grande proporção de pessoas receberá essa informação através de canais interpessoais.

Esses tipos de acontecimentos, segundo Alsina (2012), vão dar ênfase à ideia de que existe uma determinada audiência (primária) dos meios de comunicação que vai receber essas informações diretamente deles. Porém, ainda segundo o autor, existe uma audiência secundária que recebe as informações através de canais interpessoais de pessoas que, de forma direta ou indireta, também recebem essas informações através da mídia.

“Se tratando de um acontecimento jornalístico, sua comunicabilidade é condição necessária, principalmente se entendermos o acontecimento jornalístico como um fato social” (ALSINA, 2012, p. 142). Dessa forma, segundo o autor, é necessário compreender que o acontecimento jornalístico vai adquirir sentido dentro de um sistema comunicativo institucionalizado e esse mesmo sistema impõe regras que dão um direcionamento para a construção da notícia na seleção de temáticas necessárias para a sua produção.

4.2 A tematização da notícia pela mídia

Para Alsina (2012, p. 228-29), o jornalista tem como matéria-prima do seu trabalho a construção da realidade social a partir das fontes da informação. Se uma pessoa se torna testemunha de um acontecimento, ela vai conferir sentido ao que percebe. Dessa forma, segundo Alsina (2012), constrói, portanto, uma realidade social e objetiva ao fenômeno observado, mas uma forma de conferir mais sentido a um fenômeno é quando o contextualizamos.

Para Burguet (2004 apud ALSINA, 2012, p. 229), o trabalho jornalístico distingue três etapas consecutivas e às vezes simultâneas, de natureza interpretativa, valorativa e contextual:

- a) A etapa pré-textual, em que se determina o que é notícia. Essa etapa é a de seleção.
- b) A etapa textual em que se redige a notícia e a valorização dos elementos da informação. Ou seja, nesta etapa são decididos quais os elementos significativos da informação.
- c) A etapa supratextual, em que a notícia, já redigida, fica inserida em um espaço ou tempo do jornal ou programa informativo.

Essas etapas evidenciam que o trabalho jornalístico requer uma atenção voltada à tematização da notícia, que vai desde a observação da realidade social, da seleção de um acontecimento jornalístico até a sua produção. Segundo Alsina (2012), outro elemento fundamental dessa produção da informação são as fontes, pois, para ele, “a relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a construção social da realidade da informação” (p. 52).

Porém, o trabalho jornalístico realizado no âmbito de uma organização vai considerar as determinações editoriais, que vão não somente exigir um nível técnico para as produções, como também condicionar o jornalista a suas políticas internas. Segundo Alsina (2012), a profissão do jornalismo se autolegitima no papel puro e simples de transmissor da realidade social. No entanto, os meios de comunicação insistem na ideia de objetividade no jornalismo e isso, de uma forma ou de outra, limita o trabalho do jornalismo em abrir espaço para outras perspectivas acerca de alguns conteúdos.

A tematização da notícia, nesse sentido, é um dos fundamentos importantes da notícia para refletirmos. Nela, podemos conduzir assuntos relevantes para o público e, sobretudo, permite a comunicação entre os diversos sujeitos da sociedade. Além disso, Traquina (2008) vai dizer que no âmbito dos meios de comunicação, para ser notícia a informação deve cumprir certos critérios de noticiabilidade, dos quais fazem parte um conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento tem elementos que os torne uma matéria noticiável.

Entre os critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2008) temos: relevância; novidade; proximidade; notoriedade e atualidade. Cada elemento desse possui uma característica específica e serve, até hoje, como um guia para várias organizações. Já para Wolf (1987 apud ALSINA, 2012, p. 161) os elementos que devem ser frisados na construção da notícia são os seguintes:

- a) Importância, que é determinada pelas exigências da organização jornalística;
- b) Os valores-notícia, que são critérios que se ativam em conjunto e segundo as hierarquias que estão sempre mudando;
- c) A utilização das fontes, que intervêm diversos critérios práticos;
- d) A composição dos telejornais é uma espécie de compromisso entre elementos pré-determinados e imprevistos;
- e) Nas modificações *in extremis* (nos últimos instantes) do roteiro, leva-se em consideração a importância do acontecimento diante do custo da modificação;
- f) A rigidez da organização do trabalho está mitigada pela receptividade concedida aos acontecimentos imprevistos.

Nesse sentido, para Alsina (2012), no sistema da mídia gera-se um nível de determinação do que serão os acontecimentos que merecem de fato a atenção para se tornarem notícia. Entretanto, também é importante frisar que para o autor (ALSINA, 2012), a tematização necessita de uma convergência dos meios para produzir um efeito. Esse efeito, segundo ele, faz referência à possibilidade da mídia de criar a opinião pública através da circulação da informação em diferentes meios.

Dentro desse sistema temos o jornalista que, segundo Alsina (2012), está totalmente comprometido em fazer com que o público ache compreensível o acontecer. “Para isso, deve procurar saber se o conhecimento que ele transmite pode ser compartilhado com o seu público. O jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano” (ALSINA, 2012, p. 269).

O papel do jornalista na construção da notícia, nesse sentido, é o de fazer prognósticos sobre as consequências de um acontecimento e, sobretudo, analisar as causas. Ele vai narrar os acontecimentos por meio de alguma linguagem (textual,

visual etc.) e vai criar uma linearidade para a narrativa. Para o autor (ALSINA, 2012), se tratando de um acontecimento jornalístico, a comunicabilidade desse acontecimento jornalístico é uma condição necessária, principalmente se entendermos o acontecimento jornalístico como um fato social. Dessa forma, esse acontecimento jornalístico vai adquirir sentido dentro do sistema comunicativo.

Essa ideia de fenômenos compartilhados evidencia que os acontecimentos estão presentes na sociedade e que embora nem todos experienciem, não diminui a necessidade de compartilhá-los. “A mídia vai enquadrar os acontecimentos e assim ela expressará a valorização dos fatos” (ALSINA, 2012, p. 135). Ou seja, o controle realizado pelo jornalismo na mediação de um acontecimento vai considerar a relevância daquilo e nesse mesmo processo aplicará, segundo o autor, o conhecimento a um determinado marco.

Esse é o caso das produções que abordam temáticas sobre violência. O jornalismo quando trabalha com essas temáticas, sobretudo de forma denunciativa, pode pecar nesse processo e acabar revitimizando os personagens que sofreram essas violências. “A mídia também opera em outro sentido sobre os acontecimentos. Os acontecimentos, por si mesmos se desvanecem, tornam-se, através de sua representação pela mídia, manifestações que perduram, documentos” (ALSINA, 2012, p. 130).

Nesse sentido, esses acontecimentos se prolongam, prolongando também o sofrimento das vítimas. O termo revitimização surge na psicologia, mas já é estudado também no âmbito da comunicação. Para Hilana Amaral (2019), a revitimização midiática se dá quando coberturas jornalísticas ao veicular notícias sobre violência, na maioria dos casos contra mulheres, excedem os fatos e apresentam informações detalhadas que invadem a privacidade, desqualificam ou culpabilizam a vítima.

Esta violência praticada pela mídia é uma violência simbólica, responsável pela manutenção de uma estrutura de discriminações, visto que se dá de maneira sutil e reforça no imaginário coletivo a discriminação contra as mulheres (AMARAL, 2019, p. 10).

Embora a revitimização aconteça sobretudo com mulheres a partir de discriminações que se estruturam a partir de sistemas de intersecção de poder, relações de gênero, raça e sexualidade, a revitimização é um processo inerente a

qualquer pessoa vítima de violência, seja mulher ou homem, criança ou adulto. Nesse sentido, como a mídia torna os acontecimentos um material de possível consumo repetitivo, a revitimização midiática, nesse contexto, é uma prática que deve ser repensada a partir da reflexão do trabalho jornalístico e da construção da narrativa.

5. REVITIMIZAÇÃO

Para entender a revitimização e como ela acontece, antes é preciso contextualizar um pouco os estudos da 'vitimologia'. Segundo o Dicionário Jurídico, a 'vitimologia' é a ciência que estuda o criminoso, a vítima e o próprio ato (fato crime). Como acrescenta Benjamin Mendelssohn (1940 apud PENTEADO FILHO, 2012, p. 107), "a vitimologia é a ciência que se ocupa da vítima e da vitimização, cujo objeto é a existência de menos vítimas na sociedade, quando esta tiver interesse real nisso".

Em razão da postura de Escolas Clássicas e Positivistas nos estudos da criminologia, por muito tempo o direito penal se preocupou apenas com o delito, o delinquente e a pena. Conforme o autor Benjamin Mendelssohn (1940 apud PENTEADO FILHO, 2012), existe uma classificação importante das vítimas, que consideramos necessária mencionar para chegar à revitimização.

Segundo Mendelssohn (1940), essa classificação leva em conta a participação ou provocação da vítima em vários aspectos e cada um tem uma característica específica: a) vítimas ideais (completamente inocentes); b) vítimas menos culpadas que os criminosos; c) vítimas tão culpadas quanto os criminosos; d) vítimas mais culpadas que os criminosos; e) vítimas como únicas culpadas. Dando ênfase à última classificação de vítima (como única culpada), fica evidente que, segundo Maria Diniz (1998), a ideia de vitimar é o ato de tornar alguém vítima (ação ou efeito) ou um grupo em meio a uma violência anteriormente sofrida.

Todavia, os estudos da criminologia a respeito das vítimas são inúmeros. Contudo, segundo Penteado Filho (2012), a criminologia, ao analisar a questão vitimológica, classifica a vitimização em três grandes grupos: vitimização primária, secundária e terciária.

A 'vitimização primária', segundo Penteado Filho (2012), é normalmente entendida como aquela provocada pelo ato do crime, que pode causar danos variados, desde o material, físico ou psicológico, de acordo com a natureza da infração e a extensão do dano. De modo geral, é aquela que corresponde aos

danos à vítima decorrentes do crime. Para Carlos Marotti (2015), essa vitimização primária é aquela que acontece na prática do crime através de uma conduta delituosa do agente que viola os direitos da vítima.

Já a ‘vitimização secundária’, também chamada de sobrevitimização, é aquela causada pelas instâncias formais de controle social no decorrer do processo de registro e apuração do crime. Existe um sofrimento adicional causado à vítima pela dinâmica do sistema de justiça criminal - isto é, um agravamento do sofrimento da vítima. Ou seja, o inquérito policial e/ou o processo penal vai pressionar ou forçar a vítima a reviver a violência sofrida quando essa explica a ocorrência e os detalhes do acontecimento. Muitas vezes, segundo Carlos Marotti (2015), durante essa vitimização secundária, a vítima é questionada sobre os meios que poderia ter tomado para evitar o que aconteceu.

Por fim, temos a ‘vitimização terciária’. Essa vitimização vai se dar pela falta de amparo dos órgãos públicos às vítimas, ou seja, da ausência de políticas públicas voltadas à assistência social e psicológica da vítima, e estigmatização em seu grupo social (OLIVEIRA, 1999 apud AMARAL, 2019). Segundo Penteado Filho (2012), a própria sociedade não acolhe a vítima e muitas vezes a incentiva a não denunciar o delito às autoridades, ocorrendo o que se chama de cifra negra (quantidade de crimes que não chegam ao conhecimento do Estado).

Desse modo, a “revitimização consiste no fenômeno de tornar alguém vítima mais de uma vez em decorrência de uma primeira violência” (AMARAL, 2019, p. 38). Esse termo, como citado, é sempre mais utilizado para tratar violência que ocorre em instituições de atendimento às vítimas, mas é possível trazer esse debate para o cenário da atividade jornalística, pois o termo revitimização midiática, segundo Amaral (2019), diz respeito à revitimização de autoria midiática, que ocorre quando há veiculação de detalhes “desqualificadores” da vida da vítima que sofreu violência. Assim, a vítima passa a ser julgada e discriminada como se fosse culpada pela violência sofrida.

Embora esse comportamento esteja geralmente fundamentado em questões de gênero, especificamente quando diz respeito à violência contra a mulher e a exposição sofrida por ela nos detalhes apresentados nas matérias, assim como imagens e vídeos utilizados para complementar a narrativa textual, qualquer

pessoa, vítima de violência, está sujeita a ser exposta pelo jornalismo. Nesse sentido, precisamos refletir sobre as particularidades do jornalismo e em como podemos evitar essa espetacularização da violência e a culpabilização e/ou exposição das vítimas, sobretudo das mulheres.

5.1 Como a revitimização aparece na mídia

Para Amaral (2019), a mídia exerce poder de agência informal do sistema de justiça, porque tem o poder simbólico que a torna capaz de condenar, absolver, orientar investigação, isso também confere aos meios de comunicação certas responsabilidades. Se uma vítima passa a ser julgada e discriminada em consequência de um arranjo narrativo de desqualificação e culpabilização pela violência sofrida, isso a faz ser novamente vítima de uma violência - dessa vez simbólica e psicológica.

A violência simbólica é um conceito apresentado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999). Segundo ele,

a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/ baixo, masculino/ feminino, branco/ negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim, naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 1999, p. 47)

Para o autor, essa violência simbólica está diretamente ligada à classe dominante impor, entre os seus vários aspectos (econômico, cultural ou intelectual), o seu modo de pensar para o resto da sociedade. Já para Thompson (2011), essa violência simbólica é resultado de um 'poder simbólico', que, para ele, é a "capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas" (p. 42). Sendo assim, o poder está ligado à capacidade de imposição de

interesses. A mídia, sobretudo o jornalismo, pode manipular as informações sobre o acontecimento e reproduzir uma lógica patriarcal nas formas simbólicas.

Conforme Steinberger (2003 apud AMARAL, 2019), no mundo ocidental o discurso jornalístico é extremamente importante, pois se consolida como sistema de compreensão dos fatos e do mundo. Nesse processo, o jornalismo faz recortes em um fato e o compartilha com o público. Sabemos que, segundo Amaral (2019), a violência contra as mulheres é uma consequência de estrutura patriarcal e a discriminação, normalizada nesse sistema, ocasiona uma culpabilização.

Essa culpabilização, segundo a autora, é uma nova violência, mas uma violência revitimizadora. Já a palavra culpabilização é uma terminologia de âmbito social, haja vista que o termo em seu sentido literal significa atribuir culpa a alguém; ato de inculpar” (SANTOS, 2017). No que se refere aos estudos sobre a vítima (AMARAL, 2019), a vitimologia possui relevância para investigação proposta, mas apresenta histórico problemático, pois se inicia com o estudo que visava demonstrar a contribuição da vítima na prática criminosa.

Isso ocorre porque, segundo Amaral (2019), no período após a Segunda Guerra Mundial houve o que alguns estudiosos escolheram chamar de “redescobrimto da vítima”, fenômeno que se deu em resposta ao fenômeno da macrovitimização, que atingiu grupos vulneráveis, judeus, negros, mulheres, homossexuais e ciganos.

Embora, de acordo com Amaral (2019), a revitimização midiática reforce o imaginário coletivo de culpabilização da vítima através de uma violência simbólica, o jornalismo está dentro do meio social, principalmente quando se leva em consideração o contexto sociocultural e histórico com o qual ele precisa estar alinhado. Mas o jornalismo, em meio às coberturas de casos de violência, utiliza constantemente recursos sensacionalistas e títulos apelativos para evidenciar esses acontecimentos.

Segunda a autora, a naturalização das violências praticadas contra as mulheres é tão comum que, quando se tratando de violência de gênero, acontece o uso das chamadas ‘Técnicas de Neutralização’. Em meio a essas técnicas, temos a desqualificação da vítima pelo autor, que acontece em “uma tentativa de promover a

racionalização da conduta marginal, ou seja, justificar a prática do ilícito” (AMARAL, 2019, p. 40). Nesse sentido, essa revitimização de mulheres acontece em diversas esferas e isso está legitimado pela estrutura social que violenta estas mulheres.

Na Argentina, a Lei nº 26.485/2009, Ley de Protección Integral a las Mujeres de Argentina, representa um grande avanço na legislação de proteção às mulheres na América Latina. Essa lei coloca, segundo Amaral (2019), “a mídia como um possível algoz na violação dos direitos humanos das mulheres” (p. 66) e aponta para a importância da regulação dos meios de comunicação. O artigo 6º da referida lei defini a violência midiática contra as mulheres:

Artigo 6º — Modalidades. Para os efeitos desta lei, as modalidades são entendidas como formas pelas quais os diferentes tipos de violência contra as mulheres se manifestam em diferentes áreas, sendo especialmente as seguintes: [...]

f) Violência midiática contra as mulheres: aquela publicação ou disseminação de mensagens e imagens estereotipadas por qualquer mídia de massa que, direta ou indiretamente, promova a exploração de mulheres ou suas imagens, prejudique, difame, discrimine, desonere, humilhe ou ameace contra a dignidade das mulheres, assim como o uso de mulheres, adolescentes e meninas em mensagens e imagens pornográficas, legitimando a desigualdade de tratamento ou construindo padrões socioculturais que reproduzam a desigualdade ou gerem violência contra as mulheres. (Tradução da Autora) (AMARAL, 2019, p. 66)

Essa lei (AMARAL, 2019) deixa evidente que a violência simbólica praticada pela mídia contra mulheres pode se dar de diferentes maneiras, desde as formas mais sutis, como também por meio de variados meios, publicidade, entretenimento e sobretudo, pelo jornalismo.

5.2 Revitimização no jornalismo e responsabilidade ética

Considerando todos os aspectos ao qual o jornalismo atravessa, a Unesco, na década de 1980, promoveu debates que deram origem aos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, que foi assinada pela Agência Brasileira de Imprensa – ABI. O documento apresenta princípios de ética para o exercício do jornalismo e em seu princípio III conceitua a responsabilidade social do jornalista:

A informação em jornalismo é compreendida como bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale não só para aqueles que estão controlando a mídia mas em última instância para o grande público, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal. (Associação Brasileira de Imprensa – ABI, 1983)

Segundo Alsina (2012), o jornalista é uma espécie de leitor privilegiado dos acontecimentos a partir dos quais ele cria mundos possíveis para o público. Esse ‘mundo possível’ se manifesta em forma de notícia e também pelo espaço de reflexão que o jornalismo cria. Nesse sentido, ao noticiar sobre violência contra mulheres, ao invés de abrir margem para justificativas da conduta criminosa, o importante é combater essa estrutura social que alimenta a violência.

Em notícias que revitimizam mulheres existe a inserção de aspectos irrelevantes, que particularizam a violência e, na mesma medida, o problema social que rodeia a violência contra mulheres acaba sendo colocado de escanteio. Existe um processo de espetacularização da violência e, sobretudo, um sensacionalismo voltado à lógica mercadológica. Nessa perspectiva, Margarethe Steinberger (2003, p.186 apud AMARAL, 2019) destaca que

há uma adoção cada vez mais frequente da retórica do espetáculo e dos recursos de teatralização da informação. Ainda que o jornalístico não se funda com o melodramático – radioteatro, telenovela, folhetim -, a visão de compromisso com a informação, a verdade e a objetividade vem se atenuando. Como nos gêneros melodramáticos, muitas vezes o noticiário tende ao entretenimento, ficção e subjetividade. (STEINBERGER, 2003, p. 186)

No que diz respeito à ética jornalística (AMARAL, 2019), o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros se baseia no direito fundamental à informação e trata sobre o direito de informar e do acesso à informação. O código se destina a normatizar a conduta profissional do jornalista e o exercício da profissão. No que tange à temática de revitimização midiática, principalmente a partir de coberturas jornalísticas, se destacam o artigo 6º, incisos I, II, VIII, XI, XIV que versam sobre os

deveres do jornalista e o artigo 12, inciso II, que menciona o respeito que o jornalista deve ter com as pessoas:

Art. 6º É dever do jornalista:

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - divulgar os fatos e as informações de interesse público;

[...]

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

[...]

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias;

[...]

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

[...]

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;
(grifo da Autora)

Art. 12. O jornalista deve:

[...]

III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;

(Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, 2007, s/p)

Sob essa perspectiva, o poder simbólico da mídia, assim como mencionado anteriormente, contribui na construção do imaginário coletivo e se constitui a partir dos contextos sociais e socioculturais. E o jornalismo, que funciona como um intermediário das questões sociais, precisa explorar os contextos e entender a raiz do problema e não somente reproduzir um comportamento estruturado socialmente no que diz respeito à violência sofrida pelas mulheres. É necessário ter responsabilidade para não difundir estereótipos ou até mesmo preconceitos.

“Nesta lógica, a mídia por si só, não é responsável pela criação do modelo patriarcal, racista e classista, no qual estamos inseridos, mas atua de modo a

auxiliar a reiteração e manutenção deste” (AMARAL, 2019, p. 44). Assim como destaca a autora, as interações diárias se constituem enquanto parte do processo comunicacional e o jornalismo, nesse sentido, precisa ter responsabilidade para não reproduzir a revitimização midiática que desqualifica a vítima, ainda que existam recursos que a exponham à mesma situação, sobretudo durante a construção da narrativa jornalística que comumente utiliza recursos textuais e imagéticos.

Para compreendermos como o jornalismo pode construir uma narrativa sobre a vítima de violência e ao mesmo tempo provocar certos efeitos de sentido, vamos lançar nosso olhar crítico para a reportagem “Dona de padaria é estrangulada por PM em SC”, do The Intercept Brasil, por meio da metodologia de Análise Pragmática da Narrativa, para identificar em quais momentos a revitimização acontece e como a reportagem é construída.

Conforme Motta (2005), alguns produtos veiculados pela mídia exploram narrativas fáticas e imaginárias procurando ganhar a adesão do leitor, ouvinte ou telespectador, envolvê-lo e provocar efeitos que o leve a refletir sobre o assunto abordado.

6. ANÁLISE CENTRADA NA NARRATIVA DO THE INTERCEPT BRASIL

Para análise do objeto de pesquisa, optamos como metodologia a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, pois, segundo Luiz Gonzaga Motta (2005), a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc) em relatos. Dessa forma, “a partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico” (MOTTA, 2005, p. 2).

Nessa perspectiva, segundo o autor, a forma narrativa de contar os fatos caminha lado a lado com a narratividade e se encontra na qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. Essa transformação diz respeito ao modo como o discurso narrativo é organizado e como produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos.

Conforme Motta (2005), ao estabelecer sequências de continuidade (ou descontinuidade), as narrativas integram ações no passado, presente e futuro e assim caracterizam uma sequenciação. “A experiência de forma narrativa é um impulso humano anterior à aquisição da linguagem: temos uma predisposição primitiva e inata para a organização narrativa da realidade” (BRUNER, 1998 apud MOTTA, 2005, p. 2).

A seleção dessa metodologia de análise também se justifica na sua concepção acerca das narrativas midiáticas, que segundo Motta (2005), podem ser tanto fáticas (as notícias, reportagens, documentários, transmissões ao vivo, etc.) quanto fictícias (as telenovelas, videoclipes musicais, filmes, histórias em quadrinho, alguns comerciais da TV, etc.).

Essa metodologia é a mais adequada, pois segundo Motta (2005), “os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) lingüísticos e extralingüísticos para realizar certas intenções e objetivos” (p. 3).

A partir desse entendimento, de acordo com o autor, nos damos conta de que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma

forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. O texto e as suas significações são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, de algum sujeito). Para Motta (2005), a análise da narrativa é um caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não há significado sem algum tipo de troca.

“As narrativas são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder” (MOTTA, 2005, p. 3). Nesse sentido, na reportagem selecionada identificamos como o The Intercept Brasil construiu a narrativa sobre a violência sofrida pela dona de uma padaria em Santa Catarina e quais recursos foram utilizados para compor a reportagem e analisarmos como o assunto foi tratado sem desqualificar a vítima e racionalizar o ocorrido.

O autor (MOTTA, 2005, p. 4-14) apresenta seis movimentos necessários para a realização da análise. Entre os movimentos, temos:

1º Movimento: Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico - Para reconstituir de forma coerente uma narrativa jornalística o analista precisa observar a continuidade e justaposições temáticas a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas. Essa recorrência pode ser procurada também nas circunstâncias, personagens, cenários, situações e nos encaixes (ganchos) da sucessão de estados de transformação. Algumas vezes, a determinação do início e do final dessa nova narrativa precisa ser decidida pelo analista de forma mais ou menos arbitrária. Mas, sempre de maneira rigorosa, coerente e justificada. (grifos do autor) [...]

2º Movimento: Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios - A situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É, portanto, uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambigüidades (*sic*) [...] A identificação dos conflitos permitirá discernir e compreender a funcionalidade dos episódios do novo enredo, que podem reunir uma ou muitas notícias unitárias e não necessariamente guardam relação direta com a ordem das notícias que lhes deram origem. (grifos do autor). [...]

3º Movimento: A construção de personagens jornalísticas (discursivas) - O reconhecimento das personagens e de sua dinâmica funcional ocorre concomitantemente com a identificação dos episódios porque as personagens são atores que realizam

coisas (funções) na progressão da história. Sua análise depende da apreensão da história integral como sugerido, embora possa ser realizada paralelamente a ela. A identificação e análise dos conflitos sugeridos acima é particularmente útil para a atribuição dos papéis das personagens. Por força de sua intervenção na história, as personagens podem ser identificadas como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes, etc. O analista estará movendo-se sempre entre a sua própria reconstituição da história e o texto original das notícias. (grifos do autor). [...]

4º Movimento: Estratégias comunicativas - O discurso narrativo subjetivo (a ficção) distingue-se pela presença (implícita ou explícita) do narrador, de um sujeito que narra. A narração como dispositivo argumentativo é evidente. O discurso objetivo do jornalismo, ao contrário, define-se pelo distanciamento do narrador. Ele narra como se a verdade estivesse “lá fora”, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador: dissimula sua fala como se ninguém estivesse por trás da narração. (grifos do autor). [...]

- a) Estratégias de objetivação: construção dos efeitos de real
- b) Estratégias de subjetivação: construção de efeitos poéticos

5º Movimento: A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” - A narratologia literária preocupa-se em estudar o “ponto de vista” do narrador, distinguindo entre “quem vê” (olhar, modo narrativo) e “quem fala” (voz, focalização). Mantém a observação no modo e no ponto de vista em que a história é narrada. (grifos do autor). [...]

6º Movimento: Metanarrativas - Toda narrativa, seja ela fática ou fictícia, se constrói contra um fundo ético e moral. [...] Ele nem sempre está claro ou consciente para o jornalista no momento de produção do texto e poucas vezes transparece nítido para os receptores na fugaz leitura ou audiência diária das notícias. No ato de edição, os jornalistas, tanto quanto os leitores e ouvintes no ato de recepção, prestam muito mais atenção aos detalhes explícitos ou “realistas” e às determinações históricas dos incidentes relatados. [...] (MOTTA, 2005, p. 4-14).

Esses movimentos são importantes para a análise proposta, já que, segundo Motta (2005), é importante observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem e ações estratégicas de constituição de significações em contexto.

6.1 Recomposição do acontecimento jornalístico

O The Intercept Brasil teve acesso à gravação de uma câmera presa ao uniforme de um soldado, em 3 de dezembro de 2019, que mostrava a ocorrência de

uma agressão praticada por ele contra a dona de uma padaria, em Santa Catarina, mas a data de publicação da reportagem é de 22 de março de 2021. A duração desse registro em que a dona da padaria é estrangulada contabiliza 38 segundos, que foram colocados na íntegra pelo site.

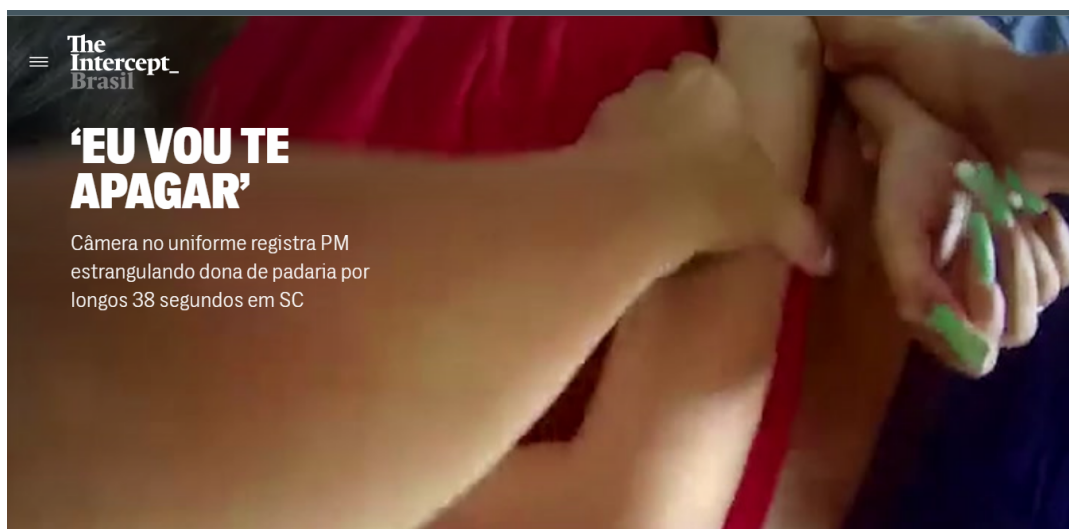
Fazia quatro meses, desde a data do episódio, que as câmeras acopladas à roupa dos agentes haviam sido incorporadas à rotina deles. O projeto tinha o objetivo de melhorar a investigação de crimes e a fiscalização do trabalho policial. Isso é citado pelo jornal para conferir significação ao objeto e dar mais sentido à composição da narrativa. Não houve outros episódios publicados dentro do mesmo jornal sobre o acontecimento. O The Intercept fez uma publicação única para tratar do assunto, mas inseriu no final da reportagem a conclusão desse caso.

Partindo do pressuposto de um acontecimento jornalístico, a reportagem se justifica pois trata de um episódio incomum e imprevisível. Conforme Motta (2005), a narrativa jornalística enlaça, quase uma situação de conflito ou de problema que desestabiliza e rompe o equilíbrio. Dentro desse contexto, conseguimos perceber que o texto da reportagem é construído de forma cronológica com a reconfiguração das sequências do acontecimento em um enredo coerente.

A reportagem selecionada tem vários personagens que estão envolvidos na história contada pelo The Intercept. Em primeiro plano, quando abrimos o site na reportagem, temos em evidência a comerciante Beatriz de Moura Silva. Na capa é mostrado o momento em que Beatriz já estava sendo segurada no chão com os braços para trás. Até o momento não há a exibição do rosto da vítima, mas o site já deixa explícito o assunto que será tratado na reportagem.

O The Intercept recortou o registro da câmera acoplada à farda do policial e disponibilizou em partes conforme a construção da narrativa da reportagem, remontando a história para dar mais sentido ao leitor. Segundo Motta (2005), a reconfiguração das sequências de um enredo traz continuidade e coesão para a história que é contada.

Figura 1 - Capa da reportagem com a ênfase “Eu vou te apagar”



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Figura 2 - Apresentação dos personagens da matéria

A COMERCIANTE Beatriz de Moura Silva de Oliveira chegou por volta das 13h com a filha na padaria que administra em Itajaí, no interior de Santa Catarina. Encontrou um homem estirado no chão e algemado na porta da panificadora. Era Jadson José da Silva, preso em flagrante com cinco pedacinhos de cocaína pelos policiais Adair de Oliveira e Khaique Ferreira da Silva.

O **Intercept** teve acesso com exclusividade à gravação da ocorrência, feita em 3 de dezembro de 2019 por uma câmera presa ao uniforme do soldado Adair. Quando o vídeo começa, os PMs Adair e Khaique conversam tranquilamente com Jadson, já imobilizado. Adair demonstra satisfação com o sucesso da abordagem: “Tu já tem mais passagens por tráfico, né?”, pergunta a Jadson. “Agora tu vai ficar [preso], coruja!”, comemora.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

A primeira figura mostra a cena do agente segurando a vítima e realizando a sua abordagem. Essa agressão aconteceu pouco tempo depois da comerciante chegar com a filha em sua padaria, na cidade de Itajaí. O The Intercept introduz o texto, como mostra na figura 2, já contextualizando os momentos que antecederam a imagem mostrada na capa da reportagem.

De acordo com as informações do texto, quando a comerciante Beatriz chegou no estabelecimento, havia um homem, preso em flagrante com cinco petecas de cocaína, algemado no chão em frente à porta da panificadora. Os agentes o mantiveram ali por alguns minutos enquanto faziam a ocorrência.

Figura 3 - Primeiro vídeo exibido pelo The Intercept e mostra a pessoa presa na frente da panificadora de Beatriz



Fonte:reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Esse momento também é apresentado na reportagem e acontece antes da discussão que levaria à agressão da comerciante. Esse direcionamento dado à história faz parte do papel do jornalismo na construção da realidade, pois, segundo Todorov (1973), é na observação da sequência de uma narrativa que nasce a composição de uma cobertura jornalística. Dessa forma, existe uma linearidade necessária para compor o enredo de uma história completa. Por esse motivo, o The Intercept Brasil mostra trechos do acontecimento para dar sentido à composição do acontecimento sem mudar a ordem desse mesmo acontecimento.

Figura 4 - Começo do conflito entre a comerciante e o policial

Os agentes mantiveram Jadson na frente da padaria por alguns minutos enquanto encerravam a ocorrência. Beatriz então abordou os PMs, lembrando que estavam atrapalhando a entrada de clientes. A conversa ainda era normal até Beatriz tentar explicar seu ponto de vista. Antes de ela conseguir falar, o soldado Adair sobe o tom de voz e indaga: “acha ruim o trabalho da polícia, senhora?”. “Eu não estou achando que está ruim. Não coloque palavras na minha boca”, ela responde, com calma. “Só um minutinho, deixa eu falar”, o policial retruca com rispidez e voz alta algumas vezes. Com a câmera no uniforme, não conseguimos ver o rosto de Adair.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

A partir do momento em que Beatriz chega até os policiais para mostrar o seu descontentamento a respeito da abordagem feita na frente da padaria, o agente Adair, que, no decorrer da reportagem, não aparece no registro da câmera no seu uniforme, já confronta Beatriz sobre ela estar achando ruim o trabalho que está sendo feito. Até o momento da reportagem não há informações que desqualifiquem a vítima ou, ainda, não há a exibição do seu rosto.

Segundo Alsina (2012), o jornalista tem como matéria-prima do seu trabalho a construção da realidade social a partir das fontes da informação. Nesse caso específico, a fonte de informação, num primeiro plano, são as imagens registradas na câmera do policial. Além das pessoas que estavam no local, como Beatriz, sua filha e o marido de Beatriz, que são as fontes de informação que contribuem a dar sentido ao acontecimento. Ainda segundo o autor, essas fontes de informação conferem sentido ao que está sendo percebido. Dessa forma, se constrói uma realidade social e objetiva ao fenômeno observado e a contextualização, coisa que está sendo feita na matéria, também vai dar ao leitor mais sentido em relação à situação que está sendo apresentada.

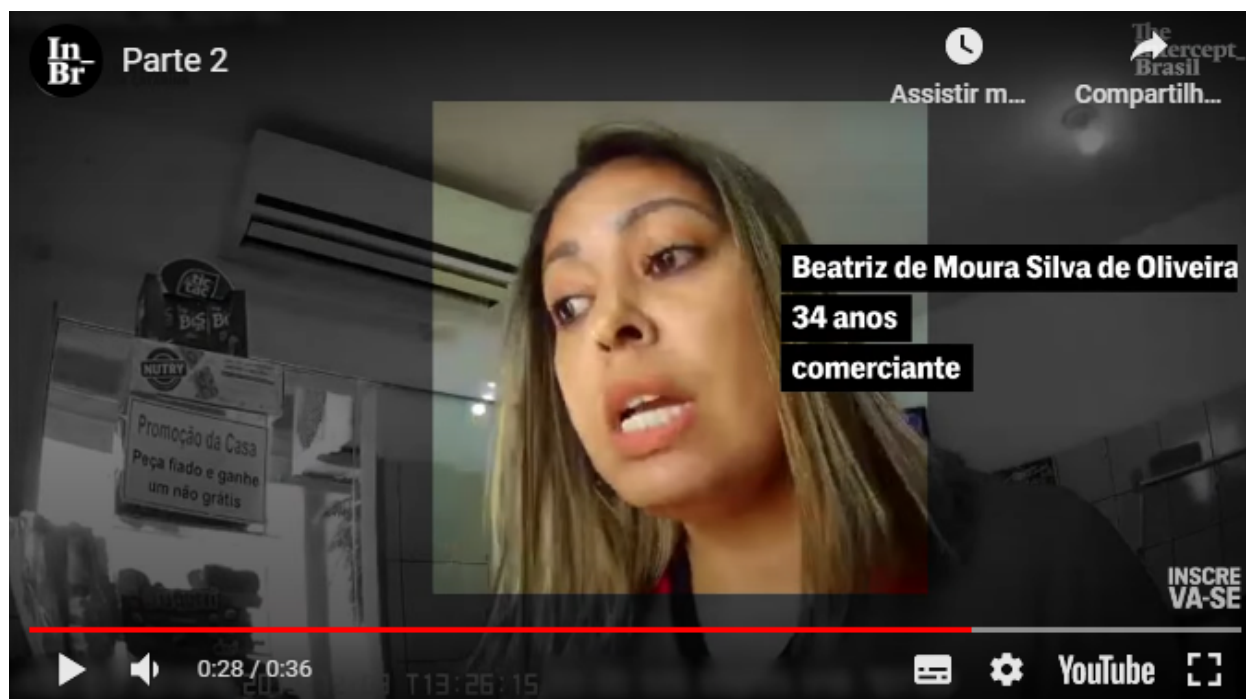
6.2 Identificação do conflito presente no eixo da reportagem

Segundo Todorov (1973), o conflito é uma categoria de análise da narrativa que se atualiza pelas ações dos atores sociais (personagens). Essas ações, segundo o autor, se sucedem e são desempenhadas pelos sujeitos que tomam

parte na intriga, sendo cada performance narrada determinada pelo tempo em que se envolvem, com a finalidade de proporcionar transformações. Esse conflito, segundo Todorov, toma corpo a partir do encadeamento das ações dos personagens, evidenciando uma sequência dos fatos que, por conseguinte, definem uma certa serialidade à narrativa jornalística.

Quando o conflito presente na reportagem, que vai desencadear outras ações, entra em evidência, o The Intercept exibe o rosto de Beatriz. Nesse sentido, o enquadramento feito pelo jornal parte da seleção de certos aspectos da realidade e o torna mais saliente, “de modo a promover a definição de um problema específico, uma interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52 apud FILHO; ANJOS, 2021).

Figura 5 - Imagem da comerciante nos momentos que antecederam a agressão



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

No momento em que tentava argumentar sobre a necessidade de acelerar a ocorrência para liberar a frente do estabelecimento, o PM Adair confrontou a comerciante e, a partir de então, o policial subiu o tom de voz e começou uma discussão. Conforme foi dito, o The Intercept produziu a reportagem com a exibição dos vídeos, intercalando com o texto. Os trechos de cada momento são colados na íntegra. Por essa razão, conseguimos sentir o quanto o agente estava alterado.

Segundo Motta (2005), as notícias, enquanto produto cultural, não narram somente fatos historicamente localizados, atuam também como um mecanismo que constrói a realidade social e atribui novo significado a essa realidade. Nesse sentido, o conflito presente na reportagem vai ser enquadrado, conforme lembra Van Gorp (2007 apud FILHO & ANJOS, 2021) a partir da concentração na identificação dos dispositivos de racionalização de um quadro interpretativo. Ou seja, não há enunciados explícitos que buscam encontrar justificativas e causas para o evento, mas sim a exibição, através do vídeo disponibilizado, o início do conflito, ainda que com a exibição do rosto da comerciante.

Figura 6 - Outra parte do mesmo vídeo, em que o rosto de Beatriz aparece pela primeira vez, mostra o policial apresentando sinais de irritabilidade e interrompendo ela falar



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Embora exista um processo de espetacularização da violência e, sobretudo, um sensacionalismo nas reportagens que tratam sobre essa temática, conforme lembra Margarethe Steinberger (2003, p.186 apud AMARAL, 2019), podemos identificar que o The Intercept Brasil se detém no acontecimento. Percebemos o foco da reportagem no acontecimento em si.

Ao dar continuidade na cobertura desse acontecimento, o The Intercept Brasil destaca a seguinte frase: “O que deveria ser um diálogo normal rapidamente se transforma em uma cena de terror”. Eles deixam bem claro que as cenas mostradas na sequência desse primeiro momento do conflito são pesadas e podem gerar desconforto. Essa re-significação do acontecimento, segundo Motta (2005), surge no transcorrer da montagem da serialidade do enredo e da identificação do fundo moral, que vai se tornando cada vez mais nítida na reportagem.

Se houvesse a culpabilização da Beatriz, o jornal poderia usar frases como “Beatriz foi agredida porque impediu o trabalho dos policiais”. O único momento em que a ação de Beatriz poderia em alguma medida ter irritado o policial e o feito agir da forma que agiu é quando a mulher tenta impedir o agente de enquadrar ela e o marido, pois a autorização que menciona, colocada entre aspas pelo The Intercept, está fundamentada no mandado necessário para o cumprimento de ordem judicial.

Figura 7 - Trecho que dá sequência ao vídeo anteriormente exibido

Enquanto Beatriz e Adair discutiam, o PM Khaique entrou na padaria e foi para trás do balcão, onde estava o marido de Beatriz, Antonio Cesar de Oliveira, que administra a padaria com ela. O policial pediu os documentos do comerciante aos gritos e começou a puxá-lo, demonstrando irritação. “Você tem que ter autorização para entrar aqui”, Beatriz avisou. Antônio apontou para uma funcionária e disse para ela ligar para a polícia. Neste momento, Khaique imobilizou o comerciante pelas costas e o arrastou para fora da padaria. Antônio não ofereceu reação. Beatriz tentou impedir e lembrou que ambos são trabalhadores. Adair respondeu dizendo que a ação está sendo filmada.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Por se tratar da revitimização, em que a vítima em questão revivencia o acontecimento por meio da produção dessa reportagem, as estratégias narrativas do The Intercept Brasil para não desqualificá-la, apesar de já estarem exibindo o seu rosto e informações sobre ela, se dá pela condução do caso em detalhes que mostram a irregularidade na ação policial. Não existe uma justificativa explícita, que em casos de desqualificação seria atribuída à Beatriz, para a ação que os policiais tomaram.

De acordo com Motta (2005), ao recompor a história, privilegiam-se certos elementos de composição, como a sintaxe e a lógica narrativa decorrentes da estratégia textual. Pode-se já observar de maneira sistemática e rigorosa as conexões e associações que o objeto (a recomposição narrativa) vai sugerindo. Nessa perspectiva, o uso das imagens que mostram o rosto de Beatriz fazem parte da recomposição da narrativa e deixa evidente que, conforme lembra Amaral (2019), a mídia exerce poder de agência informal do sistema de justiça, porque tem o poder simbólico que a torna capaz de condenar e orientar uma investigação.

Figura 8 - Momento que mostra um dos policiais enquadrando o marido da Beatriz



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

No boletim de ocorrência que os policiais registraram no mesmo dia, segundo o The Intercept, os PMs relataram que Antônio, marido de Beatriz, “investiu com socos contra o policial Khaique Ferreira”. Essas informações são contestadas pelo The Intercept e é algo também possível de identificar por meio das imagens da câmera do policial.

Enquanto o comerciante era levado para fora da padaria, Beatriz esticou o braço à esquerda do PM Adair, e o policial a empurrou com a mão no pescoço. Ela reagiu afastando a mão de Adair. O policial respondeu com violência e os dois

começaram a brigar. Na sequência, o The Intercept destaca que o soldado derrubou Beatriz e começou a segurá-la pelo cabelo e dando tapas em seu rosto enquanto ela estava com o rosto voltado para o chão.

Figura 9 - Neste trecho do vídeo mostra o policial segurando a Beatriz pelos cabelos



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

O The Intercept ainda destaca que uma funcionária da padaria que presenciou a cena, grávida à época, disse que se aproximou dos dois para pedir calma ao PM e ele espirrou spray de pimenta em sua direção. Essa reconstrução do acontecimento, feita pelo jornal, permite a observação de um fundo de significações da narrativa e deixa evidente que em todo momento a conduta do policial não está de acordo com as normas. A necessidade da exibição desses detalhes, segundo Motta (2005), parte do que ele chama de reconhecimento do personagem, que nesse caso é a Beatriz, protagonista da história a ser contada.

6.3 Imagens sem censura como estratégia comunicativa do The Intercept Brasil

A partir da análise das estratégias comunicativas utilizadas pelo The Intercept Brasil na reportagem selecionada, podemos descobrir os elementos que vão

produzir efeitos de real e poético na narrativa. Para Motta (2005), tem duas estratégias fundamentais para serem observadas: a objetivação e a subjetivação.

A primeira estratégia trabalha com a construção do real, onde o narrador busca fazer com que o destinatário interprete os fatos narrados como verdades. Essa construção ocorre por meio de recursos estratégicos de linguagem para construir os efeitos do real. O primeiro tipo de linguagem, nesse sentido, é a própria imagem exibida pelo jornal. Além disso, existe o direcionamento de tempo do acontecimento e, também, de lugar. Embora o caso tenha acontecido muito antes da data em que a reportagem foi publicada, ainda traz uma perspectiva do presente.

Segundo Motta (2005), a utilização frequente de citações confirma e torna o fato real. Na reportagem escrita não há a descrição de muitas citações, mas em contrapartida a estratégia narrativa prima pela exibição na íntegra do acontecimento, proporcionando que os leitores vejam diretamente a fala dos personagens em questão. Isso, segundo o autor, pode ser utilizado para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam e que o jornalista não está intervindo. É possível observar que ao citar as falas do policial, o *The Intercept* evidencia aspectos que pretende ressaltar para dar uma dimensão ao discurso e dirigir a leitura do texto na medida em que exhibe as imagens.

Esses destaques, segundo Motta (2005), encobrem a subjetividade de quem produz a matéria. Já a sensação de proximidade entre o leitor e a vítima (Beatriz) acontece quando o jornal exhibe as expressões que Beatriz faz quando está sendo estrangulada pelo policial. Embora haja revitimização, conforme compreendemos o termo a partir das reflexões teóricas, é uma estratégia para composição narrativa e, de alguma forma, deixa claro para o leitor que esse acontecimento ultrapassa os limites do aceitável.

Figura 10 - Momento do registro que mostra Beatriz sendo estrangulada por alguns segundos pelo policial



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Já a estratégia de subjetivação, segundo Motta (2005), é a construção de efeitos poéticos sobre a narrativa. Essa aplicação é construída, geralmente, com a utilização de verbos prospectivos, verbos de sentimentos, verbos negativos, verbos de conselho, de advertência. No uso dos adjetivos, substantivos, ou até mesmo com a inclusão dos pontos de interrogação, exclamação, reticências. O The Intercept não coloca em evidência a utilização de palavras para dar mais ênfase à história, mas por outro lado utiliza os recursos imagéticos, bem como a exibição da angústia de Beatriz, para gerar essa indignação durante a construção da narrativa.

O The Intercept não utiliza com recorrência o uso de adjetivação, mas em momentos pertinentes a utiliza, como nesses dois trechos:

Figura 11 - "O policial retruca com rispidez e voz alta algumas vezes"

seguir falar, o soldado Adair sobe o tom de voz e indaga: "acha ruim o trabalho da polícia, senhora?". "Eu não estou achando que está ruim. Não coloque palavras na minha boca", ela responde, com calma. "Só um minutinho, deixa eu falar", o policial retruca com rispidez e voz alta algumas vezes. Com a câmera no uniforme, não conseguimos ver o rosto de Adair.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Figura 12 - “Cada depoimento traz uma versão diferente para as imagens que mostram a comerciante sendo estrangulada pelos 38 excruciantes segundos.”

arma longa, uma CTT calibre .40”. Em setembro, em um terceiro depoimento, o PM disse que a comerciante o puxou pelo colete e que, por isso, ele se desequilibrou e “foi ao solo junto com ela”. Cada depoimento traz uma versão diferente para as imagens que mostram a comerciante sendo estrangulada pelos 38 excruciantes segundos.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Nesse sentido, a reconstrução da narrativa através do uso das imagens feitas pela câmera do policial, seguida da apresentação explícita dos momentos de terror sofridos por Beatriz, deixa evidente que, segundo Motta (2005), existe uma estratégia narrativa utilizada em cada caso ou situação comunicativa. O The Intercept ainda destaca o resultado do inquérito policial que foi iniciado após a análise desse registro e dá a descrição das características que a Beatriz apresentava por conta do estrangulamento.

Figura 14 - Trecho em que o The Intercept destaca a classificação do inquérito e descreve como Beatriz estava na gravação

O soldado Adair faz uso então do que o inquérito policial militar classificou como “uso progressivo da força”. Ela estava imobilizada e já declarada presa pelo policial, mas, mesmo assim, ele começou a estrangular Beatriz. “Põe o braço para trás, eu vou te apagar”, diz o PM. A câmera mostra Beatriz com o rosto roxo e inchado, por causa da falta de ar, e espumando pela boca. Sua filha, de 13 anos, tentava conter o policial. Segurava a mão que estrangulava a mãe e pedia “calma, por favor”. Adair asfixiou Beatriz por 38 segundos.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

Existem muitos elementos que justificam a necessidade do assunto ser abordado pelo The Intercept, mas a ‘razão da história ser contada’, conforme Labov (1972), se dá pelo abuso de autoridade do agente e o uso exagerado de força, além do estrangulamento e sufocamento sofrido pela vítima seguido de um jato de spray

de pimenta a poucos centímetros do seu rosto. Esses recursos estratégicos, com destaque à exibição sem censura das imagens que mostram o sofrimento da vítima, são iniciativas adotadas pelo jornal para ampliar a percepção e interpretação do acontecimento pelo leitor e, também, expor informações relevantes.

Essas informações relevantes aparecem no momento que Beatriz já está imobilizada, sem reação, e o policial ainda continua as agressões. A parte mais sensível, no que tange a revitimização, é quando o The Intercept mostra o policial jogando spray de pimenta nos olhos de Beatriz a poucos centímetros do seu rosto. O jornal ainda destaca que, quando a comerciante parecia não esboçar mais nenhuma reação, o PM Adair a levantou, a colocou de volta no chão de bruços e a algemou. Segundo o The Intercept, nesse momento o parceiro de Adair, policial responsável pela agressão cometida à Beatriz, dizia à vítima: “Tu vai fazer força? Tu acha que a polícia é o que, ô sua idiota”.

Figura 15 - Momento em que o policial espirra o spray de pimenta no rosto de Beatriz



Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

A estratégia narrativa deixa evidente que o jornal decidiu expor o acontecimento a partir do vídeo gravado pelas lentes da PM. Essa decisão evidencia o conflito da narrativa, momento crucial do acontecimento. Conforme

lembra Todorov (1973), o conflito é uma categoria da análise narrativa porque é caracterizada pelas ações dos atores sociais. Ao mesmo tempo em que expõe as imagens sem cortes e borrões, o jornal estaria também expondo a vítima. Nesta situação, podemos considerar que ocorre a revitimização, porque o recurso do vídeo expõe os momentos em que as vítimas aparecem sofrendo a violência.

A “revitimização consiste no fenômeno de tornar alguém vítima mais de uma vez em decorrência de uma primeira violência” (AMARAL, 2019, p. 38). Isso aparece no jornalismo nos casos em que trata sobre o assunto relacionados à violência e dá informações sobre as vítimas. No caso dessa reportagem do The Intercept, a revitimização se dá na exibição das imagens sem censura, mas não há a desqualificação das vítimas. Muito pelo contrário, o intuito da reportagem, além de aproximar o leitor dos sentimentos de angústia que Beatriz passou, é também para denunciar o abuso da autoridade policial.

Embora a exposição possa fazer as vítimas reviverem cenas que gostariam de esquecer, não identificamos na reportagem o que Amaral (2019) caracteriza como revitimização midiática, pois de acordo com a autora, quando existe uma revitimização de autoria midiática, ocorre a veiculação de detalhes “desqualificadores” da vida da vítima que sofreu violência. Em muitos casos, a vítima passa a ser julgada e discriminada como se fosse culpada pela violência sofrida.

“No que diz respeito ao acontecimento jornalístico, precisamos dizer que a característica da imprevisibilidade não é imprescindível. (ALSINA, 2012, p. 139). Nesse sentido, mostrar o caso de Beatriz é relevante para a sociedade no que diz respeito à importância das pessoas saberem como o abuso de Adair pode trazer traumas, não somente físico, mas psicológico para a vítima. Nessa perspectiva, se a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, a publicação e exibição das imagens na reportagem no The Intercept, se manifesta na construção de um mundo possível.

Figura 16 - Nota no final da reportagem esclarecendo alguns pontos

Por que decidimos publicar o vídeo sem borrar o rosto da vítima

Nos últimos anos emergiu no debate público e jurídico o conceito de *revitimização*. Revitimizar é o ato de contribuir para que uma pessoa que passou por um trauma sofra mais uma vez por causa do mesmo trauma. Isso se dá, por exemplo, ao expor vítimas a depoimentos abusivos em tribunais ou ao reproduzir vídeos que exponham novamente essas vítimas ao trauma vivido. Esse seria o caso de Beatriz e Antônio, vítimas, como esta reportagem deixa explícito.

O Intercept poderia ter borrado seus rostos para evitar, portanto, sua revitimização. Mas consideramos outros fatores e decidimos não fazer isso. As reações do rosto de Beatriz durante a abordagem violenta dos policiais são parte essencial da história – é no momento em que a vemos no chão que nos conectamos com sua dor. É pelo rosto da comerciante que percebemos o terror sem limites da abordagem do Estado, armado e brutal, contra uma cidadã indefesa. Enquanto Beatriz está sendo asfixiada, seu rosto mostra o grau de truculência do policial. Nos faz pensar o quão perto ela chegou da morte. Se as imagens fossem borradas, o público não teria essas informações, essenciais para que reportagens como esta causem impacto público e punição de responsáveis. E para que casos futuros sejam evitados.

Fonte: reprodução do site do jornal The Intercept Brasil

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reportagem selecionada é fruto de um trabalho que nos propõe uma reflexão sobre os cuidados, preocupações e avaliações frequentes que os jornalistas precisam fazer em cada escolha e seleção narrativa que fazem. A reportagem do The Intercept Brasil mostra todos os detalhes de como aconteceu o episódio. O foco principal da matéria é expor detalhadamente a abordagem irregular dos policiais e provocar sentimentos de insatisfação com o ocorrido. Podemos concluir, portanto, que os discursos de legitimação do jornalismo sobre o seu papel social é evidenciado na forma como as pessoas podem utilizar o jornalismo como algo ativo e necessário para a vida cotidiana.

O presente trabalho de conclusão de curso é fruto de uma pesquisa que se inicia com alguns objetivos e se encerra com algumas interpretações feitas a partir de uma ideia de responsabilidade social do jornalismo. Partimos da compreensão do jornalismo como uma forma de conhecimento para, então, entender o seu papel na construção social da realidade. O embasamento teórico para pensar a revitimização e a violência simbólica que mulheres sofrem através da mídia, é necessário para traçar caminhos que minimizem essa realidade. O jornalismo, como um intermediário entre o conhecimento especializado e o senso comum, precisa ter uma responsabilidade ainda maior.

Nesse sentido, partimos da seguinte pergunta-problema: Como o jornalismo pode construir notícias sobre violência, cumprindo sua função social, minimizando a revitimização? Com base na conceituação teórica e análise do objeto, podemos perceber que, embora a ideia de revitimização no jornalismo atravesse questões que podem contribuir na violência midiática e simbólica que as mulheres sofrem, o jornalismo enquanto construção social participa do processo de relação entre prática, ética, fontes e público.

Respondendo a nossa questão norteadora, reforçamos o que a análise nos revela, que a revitimização ocorre na reportagem, principalmente por conta da decisão da equipe editorial de expor os detalhes do conflito narrado e a face da principal vítima. Mas por outro lado, não há a revitimização midiática, quando a vítima é culpada pelas agressões que sofre. Nesse sentido, o jornalismo cumpre

sua função social de selecionar acontecimentos jornalisticamente importantes para a sociedade, pois, de acordo com Alsina (2012) a primeira função do jornalismo nos espaços da mídia é em “fazer saber”. E, nesta reportagem, o jornalismo narra à sociedade o acontecimento, levando (ao debate público) o conhecimento e provocando interpretações e reflexões sobre a atuação policial.

E quando considerado uma forma de conhecimento, é importante destacar que o jornalismo não revela menos a realidade do que os outros tipos de ciência. Ele vai se revelar diferente. E ao revelar diferente, pode inclusive revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. E além de produzir conhecimento de forma diferente, no sentido de caminhar entre o conhecimento especializado e o senso comum, o jornalismo também tem uma maneira própria de construir a realidade a partir da sua função social. Nesse sentido, a revitimização presente na reportagem “Dona de padaria é estrangulada por PM em SC”, do The Intercept Brasil, traz reflexões sobre o uso de imagens sem censura como estratégia para gerar indignação ao leitor.

Dessa maneira, a contextualização, necessária para entender a revitimização, sobretudo contra mulheres, deixa evidente que a revitimização midiática, no caso analisado, não ocorre, principalmente porque não existe a desqualificação da vítima e o jornal consegue manter uma responsabilidade social. Isso demonstra que a amplitude da estrutura responsável pela violência contra as mulheres na mídia pode acontecer de maneira ética e responsável.

Portanto, este trabalho se mostra relevante em sua contribuição para o campo do jornalismo. É relevante para a área acadêmica pela questão de haver poucas pesquisas relacionadas à revitimização no jornalismo. Os pesquisadores devem focar nas questões éticas durante a construção das narrativas para ter o cuidado na hora de tratar assuntos sobre violência. Também é relevante para os profissionais que atuam na área, pois serve de alerta para não desqualificar ou até mesmo culpabilizar as vítimas de alguma violência, para que então seja feito um jornalismo ético e, sobretudo, de qualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edvan Cruz; BARBOSA, Ohana Trajano. **FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO: Uma Abordagem para a Investigação de Experiências de Consumo.** Ensaio apresentado IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, 2013.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.** Ed. VOZES, Petrópolis, 2005.

AMARAL, Hillana Souza. **MORTA DUAS VEZES: Revitimização midiática de mulheres em coberturas jornalísticas.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos – PPGIDH. Goiânia, 2019.

ARCQUEMBOURG- MOUREAU, Jocelyne. *Le temps de événements médiatiques.* Bruxelles: De Boeck, 2003.

BEATO, Claudio. A MÍDIA DEFINE AS PRIORIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA. In: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. (Org.) **MÍDIA E VIOLÊNCIA: NOVAS TENDÊNCIAS NA COBERTURA DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA NO BRASIL.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE.* Ed. VOZES, Petrópolis, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico.* Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A. 1989.

BRASIL, Associação Brasileira de Imprensa. **PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DA ÉTICA PROFISSIONAL NO JORNALISMO. BRASIL.** Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação** de Alfred Schütz. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **DICIONÁRIO JURÍDICO.** Saraiva, São Paulo, 2008.

FILHO, João Batista de Macedo Freire; ANJOS, Júlia Cavalcante Versiani. **Jornalismo, misoginia e a revitimização da mulher.** ECOMPÓS, Rio de Janeiro, 2021.

GAMA, Ruhani Maia; DADALTO, Maria Cristina. **A notícia como construção social no universo jornalístico.** BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação , v. 01, p. 01-12, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O SEGREDO DA PIRÂMIDE: para uma teoria do marxista do jornalismo.** Ed. INSULAR, Florianópolis, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

MEAD, George. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. Anais INTERCOM (São Paulo) 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. .

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PONTES, Felipe Simão. **ADELMO GENRO FILHO E A TEORIA DO JORNALISMO: 30 anos de O Segredo da Pirâmide**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2017.

SCHUTZ, Alfred. **The world as a taken for a granted** – Ed. Kluwer. Collected papers: the problem of social reality. Vol I, 1982.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar mídia?** São Paulo. Loyola, 2012.

STEINBERGER, Margarethe Born. **A ética do jornalismo latino-americano na geopolítica da pós modernidade**. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A.; SILVA, Hélio (Orgs). **Desafios da comunicação**. Petrópolis – RJ: EDITORA VOZES. 2003.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia** / John B. Thompson; tradução Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 12ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TODOROV, Tzvetan *et all*. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1973.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.